

Circular nº 532/2025

Brasília, 2 de dezembro de 2025.

Às Seções Sindicais, às Secretarias Regionais e às(aos) Diretoras(es) do ANDES-SN

Assunto: Envia Relatório do XXI Encontro do Setor da IEES/IMES/IDES, realizado nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2025, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus de Campina Grande (PB).

Companheiras(os),

Encaminhamos, para conhecimento, o Relatório do XXI Encontro do Setor da IEES/IMES/IDES, realizado nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2025, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus de Campina Grande (PB).

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof. Herrmann Vinicius de Oliveira Muller
2º Secretário

RELATÓRIO DO XXI ENCONTRO DO SETOR DAS IEES/IMES/IDES

Data: 24, 25 e 26 de outubro 2025

Local: Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus de Campina Grande (PB).

O XXI Encontro do setor das IEES/IMES/IDES ocorreu em Campina Grande, no Centro Artístico e Cultural da UEPB, sendo sediado pela Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba - ADUEPB, seção sindical do ANDES-SN, nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2025. A pauta e programação se dividiram da seguinte forma:

24 de outubro de 2025

14h – Credenciamento;

14h30 – Mesa de abertura;

15h às 18h – Mesa 1: Salário, Carreira e Condições de Trabalho: o setor das IEES/IMES/IDES em debate;

18h – Lanche.

25 de outubro de 2025

9h às 11h – Mesa: Painel com apresentação das seções sindicais;

11h às 12h30 – Os impactos da Reforma Administrativa nos serviços públicos e na carreira do setor das IEES/IMES/IDES;

12h30 às 14h30 – Almoço;

14h30 às 16h30 – Condições de Trabalho, Previdência e Saúde Docente: o que a enquête tem a dizer sobre as(os) docentes das IEES/IMES/IDES;

16h30 às 17h30 – Lanche;

17h30 às 19h30 - Pesquisa sobre o financiamento das IEES/IMES/IDES: em defesa da UEMG e organizando a luta pela LOA 2026.

26 de outubro de 2025

9h às 13h – Plenária final - Discussão das resoluções do 43º CONGRESSO e do 68º CONAD do ANDES-SN; e proposição de novos encaminhamentos para o 44º CONGRESSO do ANDES-SN.

Dia 24/10/2025 – sexta-feira, tarde

Coordenação: Caroline de Araújo Lima (UNEB), Edmilson Aparecido da Silva (UEM), Emanuela Rútila Monteiro Chaves (UERN), Luciana Henrique da Silva (UEMS), Maria Raquel Garcia Vega (UENF), Regina Célia da Silva (UNICAMP) e Sérgio Luiz Carmelo Barroso (UESB).

Diretoria: Amanda Moreira da Silva (UERJ), Ceane Andrade Simões (UEA) e Sabrina Grassioli (UNIOESTE).

Convidadas(os): Alexandre Galvão Carvalho (UESB), Ana Luísa Oliveira (UNIVASF), Sara Aparecida Granemann (UFRJ) e Vércio Gonçalves Conceição (UNEB).

Comissão organizadora: Elizabete Carlos do Vale (UEPB).

Representantes das Seções Sindicais presentes: Marcelo Moreira (ADUEG), Camila Moura Pinto (ADUEMG), Erika Porceli Alaniz (ADUEMS), Ricardo Andrade Avelar da Nobrega (ADUENF SEDUENF), Ana Raquel Pereira de Ateíde (ADUEPB), Cristiane Maria Nepomuceno (ADUEPB), Deoclécio Ferreira de Brito (ADUEPB), Valéria Raquel Porto (ADUEPB), Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN), Joseane Abílo de Sousa Ferreira (ADUERN), Cremildo Atanazio de Souza (ADUFS – BA), Gean Claudio de Souza Santana (ADUFS – BA), Welinton Araújo Silva (ADUFS – BA), Emmanuel Oguri Freitas (ADUFS – BA), Karina Limas Sales (ADUNEB), Edison Fernando Oliveira Silva (ADUNEB), Fábio Ronaldo de Silva (ADUNEB), Dinairan Dantas Souza (ADUNEMAT), Camila Maida de Albuquerque Maranhão (ADUNIMONTES), Janete Maria da Silva Alves (ADUNIMONTES), Andrea Braz da Costa (ADUSB), Bernardino Galdino da Silva Neto (ADUSB), Daniel de Melo Silva (ADUSB), Jânio Roberto Diniz dos Santos (ADUSB), Luana Caetano Thibes (ADUSB), Manuel Antônio Araujo (ADUSB), Roseli Maria Cardoso Ribeiro (ADUSB), Wesley Amaral Vieira (ADUSB), Sandra Cristina Ramos (ADUSB), Marcelo da Silva Lins (ADUSC), Antonio Jeronimo Netto (APUG), Gilberto Correia da Silva (APUG), Márlllos Peres de Melo (APUG), Joel Moises Silva Pinho (APUG), Edimilson Rodrigues de Souza (SINDFAMES), Mônica Xavier de Medeiros (SINDUEA), Pedro Wilson Oliveira da Costa Júnior (SINDUECE), Diana Nara da Silva Oliveira (SINDUECE), Thiago José Costa Alves (SINDUERR), Cícera Nunes (SINDURCA), Ivan Carneiro Jardim (SINDURCA), Josevaldo Pessoa da Cunha (ANDES-SN), Marcelo Salles Bartarce (ADUEMS), Mirian Xavier (ADUEMS), Reginaldo Oliveira Alves (ADUNEB) e Andreza Oliveira Andrade (ADUERN).

Importante registrar que a seção sindical ADUEPB estava (e continua) em greve, logo o ANDES-SN está em greve! A mesa também foi composta pelo 1º Tesoureiro do ANDES-

SN Sérgio Barroso, representantes da Regional Nordeste II do ANDES-SN, o 1º Vice-Presidente Josevaldo Cunha e a 2ª Vice-Presidenta Emanuela Rútila, da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande – ADUFCG, a sua Presidenta Marinalva Vilar de Lima, do Sindicato de Técnicos da UEPB, a dirigente Socorro Ramalho, do Diretório Central dos Estudantes da UEPB, a estudante Nayara Cordeiro e Coordenação do Setor IEES/IMES/IDES do ANDES-SN, a 1ª Vice-Presidenta do ANDES-SN Caroline Lima. A mesa de abertura foi marcada por falas das entidades e movimentos sociais de apoio à luta em defesa da UEPB, a Presidenta da seção Elisabete Vale fez uma calorosa saudação, dando início às atividades.

Após as saudações, a mesa foi desfeita e de imediato iniciou-se a **mesa 01: Salário, carreira e condições de trabalho, o setor das IEES/IMES/IDES em debate**, sob a Coordenação do Prof. Edmilson da Silva e com a relatoria da Prof.ª Regina da Silva, ambos da coordenação do setor das IEES/IMES/IDES.

A mesa teve como expositoras(es):

Amanda Moreira - Foi presidente da Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Asduerj) no biênio 2023-2025 e é 1ª Secretária da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN no biênio 2025-2027. É Professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) junto ao Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP-UERJ) e no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH-UERJ). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com Pós-Doc em Sociologia do Trabalho pela Unicamp. Atualmente desenvolve projeto de pesquisa que se concentra em temas sobre a plataformização do trabalho docente.

Alexandre Galvão - É professor pleno da UESB, foi da Direção do ANDES por 4 gestões, além de ter sido Secretário Geral do ANDES-SN gestão 2016-2018. Foi da Coordenação do setor das IEES/IMES/IDES. Possui graduação em História pela UFF (1992), mestrado em História pela UFF (1997) e doutorado em História pela UFF (2007). É docente do Mestrado Nacional ProfHistória. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Antiga, atuando principalmente nos seguintes temas: economia antiga, historiografia, historiografia do mundo antigo, ensino de história e historiografia, história econômica, história do antigo Oriente Próximo. Foi presidente da ADUSB em 3 gestões.

A apresentação de Amanda Moreira reuniu reflexões críticas sobre as transformações no mundo do trabalho, a reconfiguração da docência no capitalismo dependente e as consequências das políticas de austeridade sobre a carreira e as condições de vida e saúde das/dos docentes. Foram abordados três eixos principais:

- **Superexploração e intensificação do trabalho** no capitalismo dependente;
- **Austeridade e fascismo** como faces articuladas dos ataques à carreira docente;

- **Condições de trabalho e adoecimento**, com base nos dados da **Enquete Nacional do ANDES-SN**, incluindo aprofundamento qualitativo no caso da UERJ.

De acordo com a expositora, esses processos configuram o que se denomina **superexploração do trabalho docente**, caracterizada pela intensificação da carga de trabalho, multiplicação de tarefas e perda de autonomia. O resultado é uma **compressão espaço-temporal** que transforma o cotidiano docente num regime de **docência ubíqua**, onde as fronteiras entre vida pessoal e profissional se dissolvem. Outro elemento tratado pela docente foi a chamada **plataformização do trabalho docente** como uma nova etapa dessa intensificação. As tecnologias digitais, em vez de libertarem o trabalho acadêmico, **impõem um produtivismo em grau máximo**, com exigências contínuas de publicação, gestão de dados e monitoramento permanente.

Já o professor Alexandre Galvão apresentou os principais fundamentos e diretrizes sobre a **carreira docente única** defendida pelo ANDES-SN, com base no **Caderno 2** e nas deliberações do **24º Conad**.

1. Princípios e fundamentos da carreira

A carreira docente deve ser compreendida como um instrumento de desenvolvimento profissional e garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assegurando a qualificação do trabalho docente. O princípio geral propõe que todos os docentes iniciem no mesmo nível, independentemente da titulação, percorrendo 13 níveis de progressão com interstícios de 18 a 24 meses, alcançando o topo em 18 a 20 anos. São valorizados tempo de serviço, titulação e atividades acadêmicas. A titulação não é impeditiva de progressão, mas gera adicional de titulação, variando entre 10% e 100% (ou 15% a 120% nas IFES).

2. Piso Nacional e valorização salarial

A proposta adota o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério (Lei 11.738/2008) como piso gerador da carreira docente em todas as esferas - educação básica, técnica e superior - fortalecendo a unidade da categoria. O termo “no mínimo”, aprovado no 24º Conad, garante que nenhum docente receba abaixo do piso nacional. Os reajustes de 2025 variam entre 12% (RN) e 4,86% (MT e Gurupi), sendo que diversos estados ainda não realizaram recomposição inflacionária. A luta unificada pelo piso nacional é, portanto, instrumento estratégico de pressão política e valorização da carreira.

3. Estrutura e desafios das carreiras estaduais e municipais

Galvão destacou que, nas IEES, IMES e IDES, persistem entraves orçamentários que limitam promoções, progressões e mudanças de regime de trabalho. O regime de Dedicção Exclusiva (DE), pilar da valorização docente, ainda não está universalizado: em alguns estados, é substituído por gratificações temporárias, e em outros (como SP) é

condicionado a avaliações produtivistas. O desenvolvimento na carreira não deve depender de disponibilidade orçamentária, mas ser um direito institucional e profissional.

4. Indissociabilidade e condições de trabalho

O professor ressaltou a importância de garantir equilíbrio entre ensino, pesquisa e extensão, evitando a sobrecarga de aulas que inviabiliza outras dimensões da carreira. Nos estados e no DF, observam-se desequilíbrios de carga horária e ausência de tempo para planejamento, o que expressa a precarização crescente do trabalho docente.

5. Ingresso e mobilidade na carreira

O ingresso deve ocorrer exclusivamente por concurso público, com garantia de cotas étnico-raciais e para pessoas trans e com deficiência, enfrentando práticas de burla e discriminação.

6. Avaliação e critérios de progressão

A avaliação para ascensão na carreira deve ser feita entre pares, sem adotar lógica produtivista. Devem ser igualmente valorizadas as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e participação sindical. O debate atual propõe ampliar prazos e flexibilizar critérios para docentes com jornadas de cuidado e responsabilidades familiares. Alexandre Galvão destacou que as Diretrizes Gerais de Carreira representam um instrumento estratégico de luta:

- Criam condições de avanço salarial e de defesa da autonomia universitária;
- Permitem a unificação das pautas nacionais e o fortalecimento da identidade sindical docente;
- Reafirmam o compromisso histórico do ANDES-SN com uma carreira única, pública, unitária e justa, voltada ao reconhecimento da função social do trabalho docente.

Após as exposições abriram-se blocos de debates e as propostas de encaminhamentos foram registradas pela relatoria, para apresentarmos na plenária final do encontro.

Continuamos a programação, após o intervalo com a **mesa 02 - A necessidade de um protocolo de combate às violências e da defesa das cotas étnico-raciais nas IEES/IMES/IDES**, sob a Coordenação: Raquel Vega e a Relatoria: Emanuela Monteiro, ambas da Coordenação do setor das IEES/IMES/IDES. As expositoras e expositor foram:

Ana Luísa Araujo de Oliveira é Professora do Magistério Superior na Univasf, é Engenheira Agrônoma, Doutora em Desenvolvimento Rural e, nomeada por cotas raciais. É líder do grupo de pesquisa Observatório das Políticas Afirmativas Raciais (Opará).

Caroline Lima - 1ª Vice-Presidenta do ANDES-SN e compõe a Coordenação do setor das IEES/IMES/IDES. É Professora Adjunta da UNEB-Eunápolis, militante feminista e mãe

de 3. Doutora em Ciências Sociais, estuda mulheres e sindicalismo; relações de gênero - cinema - história. Foi da Direção da ADUNEB, seção sindical (2014-2016/2016-2018).

Vércio Gonçalves – Professor da UNEB, lotado no campus II – Alagoinhas. Doutor em Letras - Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Bahia. Atua como professor de Literatura e Língua Portuguesa na Universidade do Estado da Bahia. Pesquisa Literaturas e Culturas Africanas de Língua Portuguesa, com foco nas produções literárias e musicais de Moçambique no período colonial. Pós-doutorando em História pelo PPGHis-UFMA. Pesquisador no Projeto Prisma Saúde (FIOCRUZ), que tem o objetivo de investir na formação dos profissionais do SUS, com foco no atendimento à saúde da população LGBTQIAPN+. Vércio, antes de tudo, é cantor e compositor. Tem circulado com o show “Pedra de Resposta”, no qual interpreta as canções de Chico César. Entretanto, seu projeto principal é o Posso Falar, um show autoral, mediado por outras artes, no qual narra seu processo de transição, levando o público a pensar sobre as identidades trans.

A primeira expositora, Ana Luísa, relatou brevemente a sua trajetória acadêmica. Sua área de estudo é agronomia. Sua entrada na universidade se deu por meio de cotas e, desde então, engajou-se na luta por políticas afirmativas. O grupo OPARA, de cuja organização está atualmente à frente, nasceu na UNIVASF como resultado da luta pelas cotas.

Mais de 70% do(a)s professores (as) das instituições públicas de ensino se declararam como brancos. Os dados do INEP mostram que temos um grande desafio na inclusão da diversidade e na permanência nas universidades. Há vários casos de racismo institucionalizado e eles são acompanhados pelo OPARA. Há vários desafios no que se refere às cotas para provimento dos cargos efetivos. O cargo de magistério superior, criado por lei, não diz respeito à área do conhecimento. O percentual de vagas não é para os cargos e sim, para as áreas. Essa foi uma forma utilizada por várias universidades federais em todo o país para não contratar e cumprir a lei de cotas raciais nos concursos públicos. O MGI regulamentou o sorteio de cotas como política excludente de ações afirmativas. Seria o ato de transformar uma vaga de concurso para uma população historicamente marginalizada em um jogo de sorte. Essas pessoas não sorteadas não têm direito à classificação. O CNU de 2005 fez sorteio de vagas. O grupo de pesquisa OPARA analisou vários editais e as pesquisas culminaram em um livro como produção independente a ser publicado. O processo costuma não ser transparente e a transparência seria produzir o direito ao contraditório. Não há um programa de letramento racial nas universidades. Esse seria outro desafio a se enfrentar. Há universidades estaduais que também fazem sorteios para concursos. O ANDES e outras entidades estão engajados na luta contra essa prática. Candidato cotista já ingressa com pontuação menor e isso vai refletir nas progressões, fragilizando a carreira de quem entra por meio de reserva de vagas nas IES. Ações afirmativas são uma ação de Estado!

Vércio Gonçalves trouxe o debate da necessidade da presença de pessoas trans nas universidades. Com relação à temática dessa ausência, fez referência a uma música de

sua autoria. "Respeito...Direito". Falar de inclusão de pessoas trans é falar dos direitos que são retirados desse segmento. Gênero na perspectiva da transgeneridade. No Brasil, as pessoas não binárias que estão transitando nos editais são brancas e de classe média. O mesmo não se dá entre pessoas negras e pobres. Pessoas trans já sofrem transfobia na escola de educação básica, seja por meio da violência direta ou simbólica. Pessoas trans também têm sua infância roubada, assim como as pessoas negras que tendem a assumir responsabilidade muito cedo. Os primeiros núcleos da nossa socialização são os que vão violentar as crianças trans. A maioria das mulheres trans são postas para fora de casa antes de completar 15 anos e, por esse motivo, muitas têm que se prostituir. Alguns espaços representam lugares de violência para pessoas trans.

Transfeminicídio: O Brasil é o país que mais mata pessoas trans. A expectativa de vida das mulheres trans é de cerca de 35 anos. O suicídio se dá principalmente entre homens trans negros. A UNEB tem o primeiro professor negro trans (Vércio) e a instituição não teve uma preparação para lidar com essa nova realidade. A transfobia se dá de várias formas no cotidiano. A promoção de uma cultura contra a transfobia se faz muito necessária. A ampliação de cotas de ações afirmativas para pessoas trans para concursos é fundamental. É preciso pensar sobre as opressões em sua múltipla interseccionalidade.

Caroline Lima iniciou sua exposição afirmando a necessidade dessa mesa por trazer um debate sobre carreira e sobre a permanência da população negra, trans e travesti nas universidades. Há um quadro de violência institucional que atinge esses segmentos. A luta produziu avanços significativos e o ANDES reconhece que a classe trabalhadora é diversa e que tem demandas específicas. Foi pensando no respeito a essa diversidade que o ANDES elaborou a cartilha contra várias formas de violência no ambiente de trabalho, que contemplasse a diversidade da nossa categoria. O primeiro protocolo não considerava as outras formas de violência institucional. É necessário, portanto, sermos propositivos e criar ações formativas e não punitivas. A campanha de combate ao assédio foi aprovada no 37º Congresso juntamente com várias atividades. O GTPCEGDS hoje é um dos principais GTs do ANDES e surgiu desse cenário propositivo motivado pelo debate da categoria.

O nosso papel como dirigentes sindicais é enfrentar e não nos omitirmos diante das inúmeras situações de violência. A cartilha define o que é assédio moral e sexual, o impacto emocional que ele causa. O nosso trabalho não pode ser uma máquina de moer gente. O papel do sindicato é formar e informar e foi nessa direção que o ANDES construiu um protocolo de combate às diversas formas de violência e assédio como resolução para ser discutida enquanto política de enfrentamento pelos Conselhos Universitários. Neste protocolo estão contidos os procedimentos que devem orientar as ações das universidades contra as diversas formas de violência. Das 80 universidades que responderam a enquête do GTPCEGDS, apenas 20 tinham procedimentos para enfrentamento desse tipo de violência. Esse protocolo já foi apresentado na ANDIFES e estamos tentando fazer com que ele seja apresentado também na ABRUEM.

Após as exposições abriram-se inscrições para o debate a partir do qual a coordenação construiu uma síntese a ser apresentada na plenária final do encontro.

Dia 25/10/2025 – sábado, manhã

Coordenação: Caroline de Araújo Lima (UNEB), Edmilson Aparecido da Silva (UEM), Emanuela Rútila Monteiro Chaves (UERN), Maria Raquel Garcia Vega (UENF), Regina Célia da Silva (UNICAMP) e Sérgio Luiz Carmelo Barros (UESB).

Diretoria: Amanda Moreira da Silva (UERJ), Ceane Andrade Simões (UEA), Fernanda de Freitas Mendonça (UEL), Marcos de Oliveira Soares (UNIFESP) e Sabrina Grassioli (UNIOESTE).

Convidadas(os): Alexandre Galvão Carvalho (UESB) e Gilberto Grassi Calil (UNIOESTE).

Comissão organizadora: Elizabete Carlos do Vale (UEPB).

Representantes das seções sindicais (ver lista de presença em anexo):

Elizabete Carlos do vale (ADUEPB), Marcelo Moreira (ADUEG), Camila Moura Pinto (ADUEMG), Erika Porceli Alaniz (ADUEMS), Ricardo Andrade Avelar da Nobrega (ADUENF SESDUENF), Ana Raquel Pereira de Ateíde (ADUEPB), Cristiane Maria Nepomuceno (ADUEPB), Paula Almeida de Castro (ADUEPB), Valéria Raquel Porto (ADUEPB), Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN), Cremildo Atanazio de Souza (ADUFS – BA), Gean Claudio de Souza Santana (ADUFS – BA), Welinton Araújo Silva (ADUFS – BA), Emmanuel Oguri Freitas (ADUFS – BA), Karina Limas Sales (ADUNEB), Edison Fernando Oliveira Silva (ADUNEB), Fábio Ronaldo de Silva (ADUNEB), Dinairan Dantas Souza (ADUNEMAT), Camila Maida de Albuquerque Maranhão (ADUNIMONTES), Janete Maria da Silva Alves (ADUNIMONTES), Terezinha de Jesus Pontes Lucas (ADUPE), Eliane Cavalcante Rodrigues Vaz (ADUPE), Bruno Vilas Boas Bispo (ADUPE), Andrea Braz da Costa (ADUSB), Bernardino Galdino da Silva Neto (ADUSB), Daniel de Melo Silva (ADUSB), Jânio Roberto Diniz dos Santos (ADUSB), Luana Caetano Thibes (ADUSB), Manuel Antonio Oliveira Araújo (ADUSB), Roseli Maria Cardoso Ribeiro (ADUSB), Wesley Amaral Vieira (ADUSB), Sandra Cristina Ramos (ADUSB), Marcelo da Silva Lins (ADUSC), Antonio Jeronimo Netto (APUG), Gilberto Correia da Silva (APUG), Márllos Peres de Melo (APUG), Joel

Moises Silva Pinho (APUG), Edimilson Rodrigues de Souza (SINDFAMES), Mônica Xavier de Medeiros (SINDUEA), Pedro Wilson Oliveira da Costa Júnior (SINDUECE), Diana Nara da Silva Oliveira (SINDUECE), Thiago José Costa Alves (SINDUERR), Cícera Nunes (SINDURCA), Ivan Carneiro Jardim (SINDURCA), Andreza Oliveira Andrade (ADUERN), Josevaldo Pessoa da Cunha (ANDES-SN), Jorge Flávio Casé (ADUEPB), Deoclecio Ferreira de Brito (ADUEPB), Marcelo Salles Bartarce (ADUEMS) e Mirian Xavier (ADUEMS).

09h às 11h - Painel com apresentação das seções sindicais, com a coordenação: Sérgio Barroso e relatório: Raquel Veja. Cada seção teve 5 minutos.

Os informes das seções sindicais foram encaminhados previamente por formulários e painéis, e posteriormente por e-mail para a Secretaria do ANDES-SN. Constam nos anexos I, II e III do presente relatório.

Após os informes, imediatamente iniciamos a **mesa: Os impactos da Reforma Administrativa nos serviços públicos e na carreira do setor das IEES/IMES/IDES**, com a coordenação: Caroline Lima e o relatório: Regina.

Palestrante:

Marcos de Oliveira Soares é professor no curso de Licenciatura em Geografia da Unifesp campus Instituto das Cidades na Zona Leste de São Paulo, coordenador do PIBID e líder do Grupo de Pesquisa Formação Política de Professoras e Professores – GPForPP. Bacharel e licenciado em Geografia pela USP, mestre em Geociências pela UNICAMP e doutor em Geografia Humana pela USP. Atuou como professor na rede básica de educação estadual de São Paulo por mais de vinte anos. É 1º Vice-presidente da Regional São Paulo e Encarregado de Relações Sindicais do ANDES-SN.

Marcos apresentou os principais pontos que estão em jogo na Reforma Administrativa, que sob o discurso de “modernização” e “eficiência”, é um projeto que ameaça direitos históricos do funcionalismo público e a própria estrutura do Estado brasileiro. A proposta está organizada em **quatro eixos** e reúne **mais de 70 medidas**, distribuídas em três textos legislativos: uma **PEC**, um **Projeto de Lei Complementar (PLP)** e um **Projeto de Lei Ordinária (PL)**.

- **PEC:** define princípios de governança por resultados, transformação digital como direito constitucional, modernização da gestão de pessoas e “fim de privilégios”.
PLP (Lei de Responsabilidade por Resultados): cria instrumentos para implantar esses princípios, vinculando gestão e desempenho à responsabilidade fiscal.

- **PL (Marco Legal da Administração Federal):** regulamenta toda a gestão de pessoas, com novas regras para concursos, carreiras, estágio probatório, cargos de liderança e contratações temporárias.

A intenção é **estender esse modelo para estados e municípios**, promovendo uma reconfiguração completa da administração pública brasileira. A seguir o prof. Marcos mostrou um quadro analítico dos textos dos artigos 27, 37, 38, 39, 41 e 236 da PEC 38 e seus respectivos impactos sobre os serviços públicos. Posteriormente, o professor apresentou o **parecer da Assessoria Jurídica Nacional (AJN) do ANDES-SN com vários elementos de inconstitucionalidade** na proposta, organizados em três eixos críticos:

I – Estabilidade e regimes estatutários

- Amplia a **contratação temporária**, fragilizando a estabilidade e o regime jurídico único;
- Abre brechas para substituição de servidores concursados por vínculos precários;
- Estabelece **avaliações de desempenho sem segurança jurídica**, ameaçando a autonomia funcional.

II – Salários e carreira

- Institui um sistema de **postos ou posições**, acabando com as progressões e promoções tradicionais;
- Promove **uniformização salarial** entre carreiras distintas, desvalorizando funções específicas, como o magistério;
- Reduz a **segurança jurídica e a motivação profissional** no serviço público.

III – Sistema de metas e bônus

- Exige que todos os órgãos apresentem **planos de metas em até 180 dias**;
- Vincula **avaliação de desempenho e bônus** ao cumprimento de metas, violando os princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade;
- Cria condicionantes externas que podem **fragilizar a estabilidade e a autonomia** do servidor.

Esses dispositivos, no conjunto, **violam princípios constitucionais** como o concurso público, a impessoalidade, a moralidade, a eficiência e a isonomia. **Além disso, representa um grave atentado à democracia e à Constituição.**

O professor encerrou sua apresentação ressaltando a importância da mobilização **e da resistência** na defesa do serviço público que exige **unidade e luta direta**, evidenciou a

força das recentes mobilizações - como as ações contra a **PEC da Bandidagem e a Anistia para Golpistas** - e que nesse sentido é muito importante a ampla participação da categoria docente na CARAVANA à Brasília no dia 29 de outubro.

O expositor lembrou que **aposentados e pensionistas estão excluídos** da reforma e das políticas de recomposição salarial, alertou para a **possibilidade de demissão de servidores ativos e aposentados** por meio da quebra de vínculos e supressão de subsídios, reforçou a necessidade de **organizar uma greve** geral como resposta à reforma, articulando as pautas de **reajuste salarial e estabilidade funcional** como eixos de mobilização, concluiu defendendo **unidade e reciprocidade entre as categorias** na construção da resistência.

Após as exposições abriram-se inscrições para o debate a partir do qual a coordenação construiu uma síntese a ser apresentada na plenária final do encontro.

Dia 25/10/2025 – sábado, tarde

Coordenação: Caroline de Araújo Lima (UNEB), Edmilson Aparecido da Silva (UEM), Maria Raquel Garcia Vega (UENF), Regina Célia da Silva (UNICAMP) e Sérgio Luiz Carmelo Barros (UESB).

Diretoria: Amanda Moreira da Silva (UERJ), Ceane Andrade Simões (UEA), Marcos de Oliveira Soares (UNIFESP) e Sabrina Grassioli (UNIOESTE).

Convidadas(os): Alexandre Galvão Carvalho (UESB), Davi Mendes Leite (BOLSISTA), Gilberto Grassi Calil UNIOESTE), Rodrigo Vieira de Avila (ACD) e Sara Aparecida Granemann (UFRJ).

Comissão organizadora: Elizabete Carlos do Vale (UEPB).

Representantes das seções sindicais (ver lista de presença em anexo):

Elizabete Carlos do vale (ADUEPB), Marcelo Moreira (ADUEG), Camila Moura Pinto (ADUEMG), Erika Porceli Alaniz (ADUEMS), Ricardo Andrade Avelar da Nobrega (ADUENF SESDUENF), Ana Raquel Pereira de Ateíde (ADUEPB), Cristiane Maria Nepomuceno (ADUEPB), Paula Almeida de Castro (ADUEPB), Valéria Raquel Porto (ADUEPB), Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN), Cremildo Atanazio de Souza (ADUFS – BA), Gean Claudio de Souza Santana (ADUFS – BA), Welinton Araújo Silva

(ADUFS – BA), Emmanuel Oguri Freitas (ADUFS – BA), Karina Limas Sales (ADUNEB), Edison Fernando Oliveira Silva (ADUNEB), Fábio Ronaldo de Silva (ADUNEB), Dinairan Dantas Souza (ADUNEMAT), Camila Maida de Albuquerque Maranhão (ADUNIMONTES), Janete Maria da Silva Alves (ADUNIMONTES), Terezinha de Jesus Pontes Lucas (ADUPE), Eliane Cavalcante Rodrigues Vaz (ADUPE), Bruno Vilas Boas Bispo (ADUPE), Andrea Braz da Costa (ADUSB), Bernardino Galdino da Silva Neto (ADUSB), Daniel de Melo Silva (ADUSB), Jânio Roberto Diniz dos Santos (ADUSB), Luana Caetano Thibes (ADUSB), Manuel Antonio Oliveira Araújo (ADUSB), Roseli Maria Cardoso Ribeiro (ADUSB), Wesley Amaral Vieira (ADUSB), Sandra Cristina Ramos (ADUSB), Marcelo da Silva Lins (ADUSC), Antonio Jeronimo Netto (APUG), Gilberto Correia da Silva (APUG), Márllos Peres de Melo (APUG), Joel Moises Silva Pinho (APUG), Edimilson Rodrigues de Souza (SINDFAMES), Mônica Xavier de Medeiros (SINDUEA), Pedro Wilson Oliveira da Costa Júnior (SINDUECE), Diana Nara da Silva Oliveira (SINDUECE), Thiago José Costa Alves (SINDUERR), Cícera Nunes (SINDURCA), Ivan Carneiro Jardim (SINDURCA), Marcelo Salles Bartarce (ADUEMS), Josevaldo Pessoa da Cunha (ANDES-SN), Mirian Xavier (ADUEMS), Deoclecio Ferreira de Brito (ADUEPB) e Reginaldo Oliveira Alves (ADUNEB).

No retorno do almoço retomamos os trabalhos com a **mesa 03: Condições de Trabalho, Previdência e Saúde Docente: o que a enquête tem a dizer sobre as(os) docentes das IEES/IMES/IDES**, com a Coordenação: Luciana e o Relatório: Edmilson, palestrantes:

Sara Granemann - Prof.^a titular recentemente aposentada. Trabalhou por 33 anos na UFRJ e antes disso outros 3,5 anos na UFF. Prof.^a Visitante na Universidade de Turim (2022). Fez estágio pós-doutoral na Universidade Nova de Lisboa em 2014. Fundadora do GEMPS (Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas em PS/ Estado). Milita no Andes-SN há 30 anos. E, quando as diretorias da Adufrj assim o permitem, participa do GTSSA do Andes. Milita com grupos feministas na UFRJ e no RJ em geral.

Fernanda Mendonça – É 1^a Vice-Presidenta da Regional Sul; é Vice-Presidenta da Sindprol/ADUEL; Compõem a Coordenação do GTSSA. Professora da UEL, Enfermeira, pós-doutora em Saúde Pública pela Fiocruz, docente associada do departamento de Saúde Coletiva, Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva e do grupo de pesquisa GestSUS da Universidade Estadual de Londrina.

Gilberto Calil - É professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Possui graduação em História (Licenciatura) pela UFRGS (1994), graduação em História (Bacharelado) pela UFRGS (1996), mestrado em História pela PUC RS (1998) e doutorado em História pela UFF (2005). É líder do Grupo de Pesquisa História e Poder, integrante do Laboratório de Pesquisa Estado e Poder e editor da revista História & Luta de Classes. Foi da Direção do ANDES-SN (2023-2025); é o atual Presidente da ADUNIOESTE ssind do ANDES-SN.

A Professora Luciana abriu os trabalhos saudando as (os) presentes. Fez alguns informes e a leitura do mini currículo de cada palestrante. Em seguida, passou a palavra para o professor Gilberto Calil em cuja apresentação foram destacados os resultados obtidos sobre os seguintes pontos:

- Dados gerais da pesquisa, apresentando primeiramente o perfil das (os) docentes entrevistadas(os)
- Demandas, Exigências e Cotidiano Profissional
- Resultados do terceiro bloco da Pesquisa Tempo de Trabalho
- Condições Estruturais e Salariais
- Tecnologias, Digitais e Trabalhos Remotos
- Relações de Trabalho
- Organização Sindical encerrando assim sua fala inicial.

A seguir, a professora Luciana passou a palavra à professora Fernanda Mendonça, que apresentou a situação de saúde, segmentando a situação das professoras(es) aposentada(o)s e as (os) que estão na ativa. Foram apresentados resultados sobre questões como: percepções da sua saúde, a evolução da sua saúde, estilo de vida e comportamentos (atividade física, consumo de alimentação saudável, consumo de tabaco, horas de sono, peso corporal, consumo de álcool e consumo de drogas), taxa de adoecimento, doenças presentes, solicitação de afastamento do trabalho por motivos de doença, avaliação do serviço de assistência à saúde, presença de ações de prevenção e promoção à saúde percepção das (os) docentes sobre o relacionamento do adoecimento e o trabalho, estratégias de cuidados à saúde adotados pelas(os) docentes. Por fim, apresentou nas discussões finais algumas associações identificadas e achados importantes para orientar as lutas.

De pronto, a coordenadora passou a palavra para a Professora Sara Granemann que, após uma saudação inicial, reportou o histórico sobre a fundação da Previdência Nacional, cujo princípio inicial seria um fundo único sobre o Regime Geral da Previdência. Sublinhou que a derrota, a partir da constituição de 1988, foi a possibilidade de criação de fundos de previdência diversos, o que levou a maioria dos municípios a terem o fundo previdenciário próprio; a Emenda Constitucional 41/2003 levou a redução de quase 50% dos fundos próprios passando há um pouco mais de 2.000 fundos previdenciários próprios. Sara destacou também que a atual proposta de Reforma Administrativa é de fato uma Reforma Trabalhista que ataca diretamente a educação pública e saúde pública. Destacou ainda que as mulheres formam o maior contingente de força de trabalho dessas duas políticas públicas. Salientou a destruição dos Regimes Próprios da Previdência pelos estados, que oferecem como “compensação” a previdência privada, os Fundos de Pensão,

uma vez que as Contrarreformas da Previdência limitaram o valor de aposentadoria a 5 salários-mínimos, o teto máximo da previdência. Trata-se de fundos privados que apenas fixam os valores a serem pagos e em contrapartida oferecem um retorno sem fixar nenhum valor, pois é um fundo estritamente vinculado à lógica capitalista.

Após as exposições abriram-se inscrições para o debate a partir do qual a coordenação construiu uma síntese a ser apresentada na plenária final do encontro.

Em seguida, iniciamos a mesa 04: Pesquisa sobre o financiamento das IEES/IMES/IDES: em defesa da UEMG e organizando a luta pela LOA 2026, sob a Coordenação: Sérgio Barroso e Relatoria: Caroline Lima.

Palestrantes:

Raquel Vega – Professora da UENF, foi presidenta da ADUENF (2019-2021/2021-2023); É 1ª Vice-Presidenta da Regional Rio de Janeiro e compõe o setor das IEES/IMES/IDES. Possui graduação em Química Analítica - Universidad Nacional de Asunción, Mestrado em Química pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro com ênfase em Química Orgânica e Doutorado em Química pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com ênfase em Química dos Produtos Naturais.

Davi Leite - Economista formado na UEFS e doutorando em Desenvolvimento Econômico UFBA; Compõe a equipe de pesquisadores sobre Financiamento e Orçamento do setor das IEES/IMES/IDES do ANDES-SN.

Rodrigo Vieira de Ávila - Economista da Auditoria Cidadã da Dívida desde 2002, tem mestrado na área do Orçamento Público e em Desenvolvimento e Agricultura pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Rodrigo iniciou sua exposição explicando o que é a dívida pública e como o sistema da dívida é utilizado para justificar a ausência de investimento dos governos nos serviços públicos. Onde está o dinheiro do país? Em seguida, apresentou os gráficos da ACD, que respondem à pergunta geradora da exposição e explicou como o orçamento federal está a serviço do sistema da dívida pública, e esse elemento tem impacto nos estados e municípios.

Explicou a lei do PROPAG e como essa legislação impõe um teto de gastos aos Estados. Os governos estaduais estão sendo chantageados pelo sistema da dívida e provocando a venda de prédios públicos. Precisamos superar a dependência das Universidades por emendas parlamentares, combater o contingenciamento orçamentário e superar o sistema da dívida que só enriquece os rentistas.

Davi Leite apresentou o histórico da pesquisa e como o ANDES-SN vem travando a luta em defesa do orçamento público para a educação pública. Apontou os objetivos e a amplitude da pesquisa: são dados de 20 Estados e DF; 42 SSINDS. foram analisadas; e hoje o Sindicato Nacional tem seu banco de dados. Fontes dos dados foram apresentadas.

1ª etapa da pesquisa: levantamento dos dados; 2ª etapa análise dos dados e dar assistência as SSINDS. e a DN; 3ª etapa está bem adiantado e já consegue identificar como os governos estaduais vêm precarizando as universidades. Expôs os gráficos e o subfinanciamento dos estados; expôs os dados da UEPB, UEMG e UNIMONTES.

Raquel Vega apresentou a campanha de defesa das IEES/IMES/IDES; tratou dos elementos da pesquisa e da ACD para luta pela LOA 2026; a multicampia das IEES/IMES/IDES que garante educação superior no interior do país. Plataformização e mercantilização da educação; como as AL no país a extrema-direita tenta privatizar as IEES/IMES/IDES; O RLI demonstram o desfinanciamento das IEES/IMES/IDES. A disputa em torno do PROPAG e as emendas feitas nesta legislação foram uma vitória das SSINDS.; neste sentido, a autonomia universitária, garantida na constituição federal, precisa também ser garantida em todos seus aspectos: didático, pedagógico, de gestão e patrimonial e financeira nas constituições estaduais para não correr o risco, a exemplo da UEMG, de que governos de plantão ameacem a alienação dos bens ou até a própria existência das universidades estaduais. Após os ataques, tendo como justificativa adesão ao PROPAG, a SSINDS. apresentou no Dia De Luta em Defesa das Universidades Mineiras na Assembleia Legislativa, um projeto de PEC **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 59/2025**, que tramita na Assembleia Legislativa de Minas Gerais para garantir a autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e da Unimontes. Ataques semelhantes já têm ocorrido no Rio de Janeiro com o RRF e agora o PROPAG colocando em risco as aposentadorias com o sequestro dos fundos do RioPrevidência para pagamento da dívida e adesão ao PROPAG.

- a) Autonomia política, financeira e acadêmica
- b) Lutar por um mínimo da RLI; Pensar qual é o melhor índice?
- c) Fundo orçamentário da união para as IEES/IMES/IDES
- d) Securitização
- e) Conta única do tesouro
- f) Lutar contra Reforma Administrativa

Após as exposições abriram-se inscrições para o debate a partir do qual a coordenação construiu uma síntese a ser apresentada na plenária final do encontro.

Após as exposições abriram-se inscrições para o debate a partir do qual a coordenação construiu uma síntese a ser apresentada na plenária final do encontro.

20h - Museu dos 3 Pandeiros - Lanche temático

Dia 26/10/2025 – domingo, manhã

Coordenação: Edmilson Aparecido da Silva (UEM), Emanuela Rútila Monteiro Chaves (UERN), Maria Raquel Garcia Vega (UENF), Regina Célia da Silva (UNICAMP) e Sérgio Luiz Carmelo Barros (UESB).

Diretoria: Amanda Moreira da Silva (UERJ), Ceane Andrade Simões (UEA) e Fernanda de Freitas Mendonça (UEL).

Convidadas(os): Sara Aparecida Granemann (UFRJ).

Comissão organizadora: Elizabete Carlos do Vale (UEPB).

Representantes das seções sindicais (ver lista de presença em anexo):

Elizabete Carlos do vale (ADUEPB), Marcelo Moreira (ADUEG), Erika Porceli Alaniz (ADUEMS), Ricardo Andrade Avelar da Nobrega (ADUENF SESDUENF), Ana Raquel Pereira de Ateíde (ADUEPB), Valéria Raquel Porto (ADUEPB), Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN), Cremildo Atanazio de Souza (ADUFS – BA), Gean Claudio de Souza Santana (ADUFS – BA), Welinton Araújo Silva (ADUFS – BA), Emmanuel Oguri Freitas (ADUFS – BA), Karina Limas Sales (ADUNEB), Edison Fernando Oliveira Silva (ADUNEB), Fábio Ronaldo de Silva (ADUNEB), Dinairan Dantas Souza (ADUNEMAT), Camila Maida de Albuquerque Maranhão (ADUNIMONTES), Janete Maria da Silva Alves (ADUNIMONTES), Terezinha de Jesus Pontes Lucas (ADUPE), Eliane Cavalcante Rodrigues Vaz (ADUPE), Bruno Vilas Boas Bispo (ADUPE), Andrea Braz da Costa (ADUSB), Bernardino Galdino da Silva Neto (ADUSB), Daniel de Melo Silva (ADUSB), Jânio Roberto Diniz dos Santos (ADUSB), Luana Caetano Thibes (ADUSB), Manuel Antonio Oliveira Araújo (ADUSB), Roseli Maria Cardoso Ribeiro (ADUSB), Wesley Amaral Vieira (ADUSB), Sandra Cristina Ramos (ADUSB), Marcelo da Silva Lins (ADUSC), Antonio Jeronimo Netto (APUG), Gilberto Correia da Silva (APUG), Márllos Peres de Melo (APUG), Joel Moises Silva Pinho (APUG), Edimilson Rodrigues de Souza (SINDFAMES), Mônica Xavier de Medeiros (SINDUEA), Pedro Wilson Oliveira da Costa Júnior (SINDUECE), Diana Nara da Silva Oliveira (SINDUECE), Thiago José Costa Alves (SINDUERR), Cícera Nunes (SINDURCA), Ivan Carneiro Jardim (SINDURCA), Marcelo Salles Bartarce (ADUEMS), Josevaldo Pessoa da Cunha (ANDES-SN), Mirian Xavier (ADUEMS), Deoclecio Ferreira de Brito (ADUEPB) e Reginaldo Oliveira Alves (ADUNEB).

09h - Plenária final - Discussão das resoluções do 43º Congresso do ANDES-SN e 68º CONAD e proposição de novos encaminhamentos para o 44º Congresso do ANDES-SN.

Mediação: Coordenação do Setor das IEES/IMES/IDES.

A Coordenação apresentou as resoluções que estão em processo de execução:

I – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO SETOR DAS IEES-IMES-IDES

O 68º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

- Que o ANDES-SN publique uma sessão fotográfica na revista Universidade e Sociedade com o tema: Salário, carreira e condições de trabalho nas Universidades Estaduais, Municipais e Distrital.
- Que as secretarias regionais e seções sindicais intensifiquem a luta contra o confisco dos recursos dos fundos de previdência estaduais, a exemplo do que aconteceu com o RioPrevidência, e pela restituição desses recursos onde o confisco já ocorreu, a exemplo do Paraná.
- Que as secretarias regionais e as seções sindicais lutem pela revogação das contribuições previdenciárias compulsórias dos aposentados e pensionistas nos estados, Distrito Federal e municípios onde essa prática acontece.

I - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES/IDES

O 43º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

- Que o ANDES-SN, por meio do Setor das IEES/IDES/IMES, organize um Dia Nacional de Luta pelo fim da lista triplíce, orientado pelo princípio da gestão democrática do Caderno 2 do ANDES-SN, em defesa da autonomia universitária, de processos de escolha de reitores(as) com, no mínimo, a paridade, e mantenha a mobilização de pressão no parlamento, em conjunto com o Setor das IFES.

Após discussão das resoluções, a Coordenação apresentou os pontos e sínteses fruto dos debates das mesas que ocorreram durante o XXI Encontro do setor, pensando nas proposições para o Caderno de Texto do 44º Congresso do ANDES-SN. A categoria indicou ajustes e concluímos com os seguintes pontos:

- a) Denunciar como os Governos Estaduais estão atacando a Autonomia política, financeira e acadêmica das IEES/IMES/IDES;
- b) Acumular no debate sobre financiamento qual é o melhor índice para disputa do orçamento (Reforma Tributária; RLI, Receita corrente líquida; fim do ICMS);
- c) Aprofundar o debate sobre a criação de um Fundo orçamentário da união para as IEES/IMES/IDES; pensando o Sistema Nacional de Educação;

- d) Lutar contra Reforma Administrativa;
- e) PNE – 10% do PIB para educação;
- f) Levantamento das Constituições estaduais sobre vinculação orçamentária das universidades;
- g) Que as seções sindicais discutam em suas universidades a implementação da 15.142 (lei de cotas raciais nos concursos docentes); lutar pelas Cota Trans/Travesti na lei;
- h) Que as seções sindicais lutem pela implementação do Protocolo De Combate, Prevenção, Acolhimento, Enfrentamento e Apuração de Assédio Moral e Sexual, Racismo e Qualquer Discriminação e Violência Nas Universidades, IFs e Cefets; em suas Universidades;
- i) Lutar para que as bancas de heteroidentificação garantam docentes negros(as) nestas;
- j) Letramento racial para a comunidade universitária; deveriam ser incluídas também as bancas de heteroidentificação;
- l) Intensificar a luta contra o arcabouço fiscal e a subjugação do financiamento das políticas sociais a lógica do teto de gastos; o teto de gastos existe para alimentar os rentistas;
- m) Construir matérias com o histórico de conquistas das IEES/IMES/IDES e como o movimento docente do setor garantiu direitos;
- n) Lutar contra a plataformização do trabalho docente (e da educação?);
- o) Que as secretarias regionais incluam em seus encontros o debate de carreira única e suas diretrizes pensando o setor das IEES/IMES/IDES;
- p) Reforma Administrativa - colocar de forma negativa o significado dessa reforma: reforma calibre 38; Contrarreforma da destruição do SUS, da educação pública e dos direitos sociais; Reforma 171; PL do apadrinhamento; GREVE GERAL AINDA ESSE ANO COM OUTRAS ENTIDADES (Sugestão de texto: “Indicar para a diretoria do ANDES-SN que avalie levar para o Fonasefe e Fórum que está organizando o dia 29 a proposta de construção de uma greve geral”);
 - p.1) Avaliar o uso de Spots em rádio;
 - p.2) Intensificar a aproximação junto aos DCEs para mobilizar o Movimento Estudantil, conjuntamente com a indicação de rearticulação dos Fóruns Estaduais.
- q) Acumular na discussão sobre a implementação de um Fundo único para a educação Superior a implementação da carreira única do ANDES-SN. Item (c);

- r) Que as seções sindicais aprofundem a discussão e os estudos sobre a enquete em suas bases, ampliar as análises a partir dos dados já compilados;
- s) Aprofundar os debates e estudos sobre o PROPAG e sistema da dívida de modo a dar subsídios as SSINDS. e a categoria para conhecimento e aprofundamento do assunto;
- t) Fazer um apanhado das contrarreformas que já ocorreram nos Estados;
- u) A Reforma Administrativa (PEC 38/2025) aprofunda a precarização do trabalho no serviço público, substitui o regime de carreira por vínculos temporários e meritocráticos, submete salários e estabilidade à lógica fiscal e financeira, e consolida a retirada do Estado de suas funções sociais. As falas convergiram na avaliação global de que se trata de uma contrarreforma de caráter neoliberal e autoritário, e que respostas possíveis são a mobilização unificada, uma forte campanha de comunicação política e diálogo com a base, e até a construção de uma greve nacional em defesa do serviço público, da seguridade social e da democracia;
- v) Que o ANDES-SN, por meio do Setor das IEES/IDES/IMES, organize um dia e intensifique a luta pelo fim da lista tríplice e pela indicação direta feita por governadores, orientado pelo princípio da gestão democrática do Caderno 2 do ANDES-SN, em defesa da autonomia universitária, de processos democráticos nas comunidades universitárias.

Indicou-se também o envio para a secretaria do ANDES-SN, para ser avaliada pelo plantão, a publicação de Moção de repúdio ao massacre da população indígena do Mato Grosso do Sul.

Agradecimento da presidenta da UEPB à participação da Regional NE 2 no evento sobre discussão de carreira.

Agradecimento da presidenta da UEPB ao apoio do ANDES para o encontro do Setor e para as atividades da greve e a presença na mesa de negociação.

Finalizamos o encontro às 11h do dia 26 de outubro de 2025.

Brasília, 26 de outubro de 2025.

Coordenação do Setor das IEES/IMES/IDES

Circular nº 335/2025

ANEXO I

Informes do XXI Encontro do Setor das IEES/IMES/IDES – Recebidos Via Formulário

Nº	SEÇÃO SINDICAL	RESPONSÁVEL PELOS INFORMES	INFORMES APRESENTADOS
1	ADUENF- SESDUENF	Ricardo Nobrega	<p>CAMPANHA PELO PCV</p> <p>ADUENF e ANDES-SN travam juntas uma luta pela aprovação do novo Plano de Cargos e Vencimentos (PCV) dos servidores da UENF. Debatido pela comunidade acadêmica e concluído em 2021, o novo PCV corrige distorções históricas, como permitir que professores associados da universidade sejam promovidos a professores titulares sem a necessidade de concurso público. O plano também recupera parte das perdas salariais dos docentes, que já somam 49,33%, segundo dados do DIEESE.</p> <p>Nos últimos dois anos, foram realizadas diversas reuniões com representantes do Governo do Estado e lideranças políticas. Fruto dessa mobilização, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) realizou duas Audiências Públicas para debater o tema – a primeira no dia 7 de junho de 2024, na UENF, e a segunda no dia 11 de setembro de 2025, no Rio.</p>

		<p>O principal entrave alegado pelo Governo do Estado para liberar o PCV é a necessidade de que a universidade apresente uma compensação financeira, visto que o estado do Rio de Janeiro se encontra sob o Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Os argumentos no entanto, não se justificam, principalmente por dois motivos: 1) a Reitoria da UENF afirma que o novo PCV já está previsto no orçamento da universidade; portanto, não geraria nenhuma despesa a mais para o Estado; 2) não há como dimensionar em cifras o impacto de uma universidade pública para o desenvolvimento socioeconômico de um estado.</p> <p>As reuniões continuam, com a expectativa de que o PCV seja enviado pelo governador Cláudio Castro à ALERJ ainda este ano para votação.</p> <p>APOIO E SOLIDARIEDADE A PROFESSORA SUSPensa INJUSTAMENTE</p> <p>O ANDES-SN se uniu à ADUENF em defesa da professora Luciane Soares da Silva, do Centro de Ciências do Homem (CCH) da UENF, suspensa injustamente após uma sindicância sem provas e repleta de vícios jurídicos. A docente foi acusada de afixar cartazes nas dependências da universidade com denúncias de um suposto assédio sexual cometido por um professor. Duas sindicâncias foram abertas pela universidade para investigar o caso e apresentaram resultado inconclusivo. Ainda assim, a docente foi punida com 30 dias de suspensão.</p> <p>O episódio foi denunciado à Comissão de Enfrentamento à Criminalização e Perseguição Política do ANDES-SN. A 1ª vice-presidenta do Sindicato Nacional, Caroline Lima, a professora Raquel Dias e a 1ª vice-presidenta da Regional Rio de Janeiro, Raquel Vega, acompanhadas da Diretoria da ADUENF, reuniram-se com a reitora da UENF, Rosana Rodrigues, pedindo o arquivamento do processo e a devolução do salário da professora, por</p>
--	--	--

		<p>entender que o caso é mais um entre tantos praticados contra docentes em todo o Brasil que configuram assédio institucional.</p> <p>Na ocasião, a professora Caroline Silva entregou à reitora a publicação “Protocolo de Combate, Prevenção, Enfrentamento e Apuração de assédio moral e sexual, racismo, lgbtfobia e qualquer discriminação e violência”, elaborado pelo ANDES-SN.</p> <p>Durante o 68º CONAD, ocorrido em Manaus (AM) nos dias 11, 12 e 13 de julho, foi aprovada uma moção de solidariedade à professora Luciane. O episódio também motivou a ADUENF a criar o Protocolo Anti-Assédio da UENF, disponibilizando um e-mail para denúncias e atendimento feito por professoras da universidade.</p> <p>BOLSIFICAÇÃO NA UENF</p> <p>Sem a aprovação do Plano de Cargos e Vencimentos (PCV) e sem a recomposição salarial garantida por lei e descumprida pelo governador Cláudio Castro, os docentes da UENF contam com paliativos para complementar sua renda. Um desses mecanismos, utilizado pela Reitoria, tem sido a concessão de bolsas a docentes.</p> <p>A ADUENF e o ANDES-SN não concordam com esse tipo de compensação, que é concedido de forma precarizada. Os docentes ficam à mercê da distribuição de recursos por parte da administração da universidade, que, com isso, angaria apoios e gera uma competição hostil entre os profissionais. A bolsificação só divide a categoria e gera uma relação de dependência com a Reitoria.</p> <p>É importante lembrar que todos os docentes da UENF são doutores e trabalham em regime de dedicação exclusiva.</p>
--	--	--

		<p>HOSPITAL VETERINÁRIO</p> <p>O ambiente no Hospital Veterinário da UENF está longe de ser saudável. O que deveria ser um espaço de aprendizado, cuidado e prestação de serviços à comunidade vem se deteriorando em meio a denúncias de perseguições políticas, irregularidades administrativas e graves problemas estruturais – problemas que a ADUENF denuncia periodicamente.</p> <p>Nos bastidores, as sindicâncias internas têm sido utilizadas como ferramentas de intimidação. Esse cenário tem aprofundado a divisão entre grupos dentro da instituição e gerado um clima de tensão permanente, incompatível com o ambiente acadêmico e profissional que a UENF se propõe a manter.</p> <p>No plano estrutural, a situação também é preocupante. O hospital enfrenta problemas recorrentes de higiene e biossegurança. Já foram registrados casos de contaminação por Covid-19 e H1N1 entre docentes, técnicos e até mesmo o público externo que frequenta o local. Soma-se a isso a ocorrência de infestação por piolhos de pombo — um problema de saúde pública que demonstra a falta de manutenção adequada e o descuido com as condições básicas de salubridade.</p> <p>RIOPREVIDÊNCIA</p> <p>A ADUENF acompanha o movimento contra o Projeto de Lei 6.035/25, que autoriza o uso de recursos do Rioprevidência para o pagamento da dívida do Governo do Estado com a União. Diversas manifestações vêm sendo realizadas no Rio de Janeiro, com a participação ativa do Fórum Permanente dos Servidores Públicos do Rio de Janeiro (FOSPERJ). O objetivo é pressionar os deputados estaduais a dizerem não ao projeto, que prevê a</p>
--	--	--

			<p>transferência de parte dos royalties e participações especiais do petróleo - hoje destinados ao fundo previdenciário dos servidores estaduais - para amortizar a dívida pública.</p> <p>O Rioprevidência vem sendo alvo de sucessivos ataques nos últimos anos, como ficou evidente na chamada “Operação Delaware”. Para pagar dívidas com a União, o Governo do Estado já retirou cerca de R\$ 5 bilhões do fundo de previdência. Sem dinheiro em caixa, os aposentados e pensionistas correm o risco de não receber seus vencimentos.</p>
--	--	--	--

Circular nº 335/2025

ANEXO II



Informes do XXI Encontro do Setor das IEES/IMES/IDES – Recebidos Via Pannel das Seções Sindicais

Nº	SEÇÃO SINDICAL	RESPONSÁVEL PELOS INFORMES	INFORMES APRESENTADOS
1	ADUNEMAT	Dinairan D. Souza	<p>Fundada em 1989, a Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso (ADUNEMAT) é a Seção Sindical do ANDES-Sindicato Nacional em Mato Grosso. Ao longo de mais de três décadas, consolidou-se como uma das principais entidades do movimento sindical da educação no Estado, defendendo a universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. Com sede em Cáceres e representação nos 11 campi e núcleos da UNEMAT, a ADUNEMAT atua de forma autônoma, combativa e democrática na defesa dos direitos da categoria docente e na luta permanente contra os ataques ao serviço público.</p> <p>Diretoria Executiva – Biênio 2024-2026</p> <p>A atual diretoria da ADUNEMAT foi eleita para o triênio 2024-2026, e é composta por:</p> <ul style="list-style-type: none">● Presidente: Profa. Dra. Luciene Neves - Unemat Cáceres● Vice-Presidente: Profa. Dra. Thielide Pavanelli - Unemat Sinop● Secretária Geral: Profa. Dra. Bruna Freitas - Unemat Diamantino● Tesoureiro Geral: Prof. Dr. Domingos Sávio C. Garcia - Unemat Cáceres● Tesoureiro Adjunto: Prof. Dr. Ary Gertes Unemat Nova Xavantina

			<p>Essa equipe vem conduzindo o sindicato com firmeza e compromisso, fortalecendo o diálogo com a base e enfrentando os desafios colocados pela conjuntura estadual e nacional.</p> <p>Uma trajetória de conquistas para a carreira e para a universidade</p> <p>Desde sua fundação, a ADUNEMAT tem sido protagonista em importantes vitórias que transformaram a estrutura e a história da Universidade do Estado de Mato Grosso. Entre as principais conquistas estão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Lei Complementar nº 320/2008, que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) docente, marco histórico na valorização da categoria; • A Lei Complementar nº 319/2008, que garantiu a autonomia universitária da UNEMAT; • A realização de concursos públicos para docentes nos anos de 1990, 1994, 1998, 2006 e 2013, resultado direto da mobilização da categoria e da força sindical; • O direito à qualificação profissional, que transformou a UNEMAT na instituição com maior número de mestres e doutores do Estado. <p>Essas conquistas foram frutos da organização sindical, da unidade da categoria e da capacidade de diálogo e pressão junto aos governos e à sociedade.</p> <p>Campanha Salarial e as lutas atuais (2024-2025)</p> <p>Em 2024, a ADUNEMAT lançou a Campanha Salarial 2024 dos Docentes da UNEMAT. A campanha se estende neste ano de 2025, e está organizada em duas frentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Negociação com a Reitoria da UNEMAT • Negociação direta com o Governo do Estado de Mato Grosso
--	--	--	---

			<p>As principais reivindicações da categoria, reafirmadas em 2025, são:</p> <p><i>1. Concurso público para docentes efetivos</i></p> <p>Após mais de uma década sem concurso - último realizado em 2013, o déficit de professores tem comprometido o funcionamento dos cursos, sobrecarregando os docentes e fragilizando na pesquisa e extensão. Atualmente, 55% dos docentes são contratados. Graças à atuação da ADUNEMAT, que há anos pressiona deputados, governo e parceiros, a LDO 2025 foi aprovada com previsão de orçamento para a realização de concurso público para docentes da UNEMAT — uma conquista direta da luta sindical. Atualmente a ADUNEMAT faz campanha para pressionar o governo a autorizar o concurso.</p> <p><i>2. Recomposição das perdas salariais Pauta unificada</i></p> <p>Os salários docentes, assim como TODOS os servidores do poder executivo do estado de Mato Grosso, estão defasados em 19,52%. O estudo técnico do DIEESE - publicado neste ano em solicitação das entidades sindicais do estado, calculou as perdas inflacionárias acumuladas desde 2017, na gestão do atual governador Mauro Mendes (União Brasil). Essa defasagem corrói o poder de compra e precariza o trabalho acadêmico, tornando urgente a recomposição salarial integral, conforme o princípio constitucional da revisão anual da remuneração dos servidores públicos.</p> <p><i>3. Contra a contribuição previdenciária de 14% para aposentados e pensionistas Pauta unificada junto à FESSP-MT (Federação Sindical dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso)</i></p> <p>A ADUNEMAT se posiciona firmemente contra a alíquota confiscatória de 14% imposta aos aposentados e pensionistas do Estado de Mato Grosso. A cobrança fere o princípio da paridade e da dignidade dos servidores que já contribuíram durante toda a carreira e hoje enfrentam um verdadeiro desconto indevido sobre proventos já reduzidos pela defasagem inflacionária. Este ponto tem sido uma luta de anos, e de forma unificada entre as entidades sindicais do estado.</p>
--	--	--	--

		<p><i>4. Melhoria das condições de trabalho e infraestrutura</i></p> <p>O sindicato reivindica melhorias na infraestrutura física e tecnológica dos campi, ampliação da rede de internet, resolução do transporte estudantil e combate ao assédio moral e sexual, com base na Resolução nº 055/2023.</p> <p><i>5. Expansão do MT Saúde</i></p> <p>A ampliação do plano de saúde estadual é pauta constante da ADUNEMAT, que cobra o atendimento nos polos do interior, garantindo acesso digno à saúde para todos os servidores e seus dependentes. Além disso, a ADUNEMAT junto a assessoria jurídica busca garantir os direitos dos sindicalizados em um processo coletivo contra a UNIMED Cáceres que faliu e rompeu de forma unilateral o plano dos docentes, prejudicando a categoria.</p> <p>MOBILIZAÇÃO</p> <p>Giro ADUNEMAT 2025 – 4ª Edição</p> <p>Em 2025, a ADUNEMAT realiza a 4ª edição do Giro ADUNEMAT, uma ação itinerante que percorre 12 cidades com campi da UNEMAT levando as pautas da Campanha Salarial, do concurso público, da recomposição salarial e a luta contra a reforma administrativa. O Giro é mais do que uma agenda de visitas: é um processo de escuta, mobilização e construção coletiva. Durante as visitas, a diretoria dialoga com docentes filiados e não filiados, alunos e técnicos nas salas de aula, corredores, cantinas, espaços da universidade e apresenta informes da luta sindical, distribui panfletos e adesivos e reforça o papel do sindicato como porta-voz das reivindicações da categoria.</p> <p>Luta nacional: em defesa do serviço público e contra a Reforma Administrativa</p> <p>A ADUNEMAT, como seção sindical do ANDES-Sindicato Nacional, integra a luta nacional em defesa dos servidores públicos e contra a Reforma Administrativa (PEC 32/2020). Essa proposta, patrocinada pelo governo</p>
--	--	--

			<p>federal e pelo mercado financeiro, ameaça desestruturar o Estado brasileiro, ao fragilizar o regime jurídico único, eliminar a estabilidade e abrir espaço para a privatização dos serviços públicos.</p> <p>Neste momento a ADUNEMAT integra a CARAVANA de Mato Grosso rumo à Marcha Nacional em Brasília, no dia 29. Além disso, pratica atos, reuniões e pressão nas redes sociais contra a Reforma.</p> <p>Comunicação, mobilização e presença nas ruas</p> <p>Em 2024 e 2025, a ADUNEMAT tem reforçado sua presença nas ruas, nos campi e nas redes. Além do novo site institucional (www.adunemat.com.br), o sindicato mantém intensa atuação em redes sociais, materiais como panfletos, camisetas, faixas, adesivos e materiais que subsidiam as campanhas da ADUNEMAT.</p> <p>ADUNEMAT – Seção Sindical do ANDES-SN Em defesa da carreira, da universidade pública e da dignidade docente Sede: Cáceres – MT  www.adunemat.com.br  comunicacaoadunemat@gmail.com Instagram/Facebook/Twitter: @adunemat</p>
2	ADUEMG	Túlio César Dias Lopes	<p>A ADUEMG Seção Sindical do ANDES-Sindicato Nacional lançou sua Campanha Salarial Educacional em março de 2025 durante uma Audiência Pública promovida pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A pauta foi aprovada em dezembro de 2024 durante uma Assembleia Geral presencial da ADUEMG realizada na Unidade Ibirité. No início de 2025 o Estado de Minas Gerais aderiu oficialmente ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) após um acordo entre a Advocacia Geral do Estado (AGE) e a Advocacia Geral da União (AGU).</p>

		<p>O Governo Zema se negou a abrir um canal de negociação com a ADUEMG e apresentou a proposta de reajuste zero para o conjunto do funcionalismo público estadual, excetuando-se o poder judiciário e os/as trabalhadores/as da educação básica. No dia 09 de maio de 2025 realizamos uma paralisação em conjunto com servidores do meio ambiente, do IPSEMG e da FHEMIG em defesa do reajuste salarial e em 28 de maio de 2025 realizamos uma nova paralisação com Assembleia Geral presencial da categoria que reuniu mais de duzentos docentes de diversas unidades da UEMG. Posteriormente realizamos diversas atividades e convocamos uma nova mobilização com paralisação para o dia 01 de julho de 2025.</p> <p>No dia 01 de julho foi realizada uma Audiência Pública convocada pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia sobre o PL 3.738/2025 e uma nova Assembleia Geral Presencial. Nesta data realizamos a maior mobilização da história da UEMG com a presença de mais de mil pessoas na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Os representantes do Governo do Estado apresentaram a falsa proposta de “federalização” que foi repudiada pelos presentes. Cabe destacar que realizamos plenárias presenciais e virtuais preparatórias em todas unidades acadêmicas da UEMG preparatórios. Este método de trabalho de base garante a interação e a mobilização da categoria docente e da comunidade universitária. A categoria aprovou a manutenção do Estado de GREVE e a intensificação da mobilização em defesa da Autonomia Universitária contra o PL 3.733/2025 e o PL 3.738/2025.</p> <p>10 de setembro – Dia Nacional de Luta em defesa da UEMG.</p> <p>ANDES-SN, ADUEMG e ADUNIMONTES realizam Dia Nacional em defesa da UEMG. PEC que regulamenta a Autonomia das Universidades Estaduais Mineiras foi protocolada na ALMG. No dia 10 de setembro de 2025,</p>
--	--	---

		<p>foi realizado o Dia Nacional de Luta em defesa da UEMG e do Patrimônio das Universidades Estaduais Mineiras (UEMG e UNIMONTES). Na ocasião os docentes encaminharam uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que regulamenta a Autonomia das Universidades Estaduais Mineiras (UEMG e UNIMONTES).</p> <p>As atividades começaram com um Seminário Nacional sobre a Autonomia Universitária que ocorreu juntamente com uma audiência pública convocada pela Deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Representantes do ANDES-SN, da reitoria da UEMG, da Associação Brasileiras de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), das entidades estudantis (UNE, UEE-MG, DCE UEMG), da ADUNIMONTES e da Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais (ADUEMG) participaram da mesa da audiência que contou também com a presença de diversos deputados e deputadas estaduais.</p> <p>Abrindo os trabalhos o professor Túlio Lopes, presidente da ADUEMG, apresentou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para regulamentar o artigo 199 da Constituição do Estado de Minas Gerais garantindo a Autonomia Universitária das Universidades Estaduais Mineiras (UEMG e UNIMONTES). E, reapresentou as principais pautas de reivindicações imediatas dos(as) docentes e da comunidade universitária da UEMG tais como: o arquivamento do Projeto de Lei 3.738/2025; a retirada dos imóveis da UEMG e da UNIMONTES da lista de imóveis do Projeto de Lei 3.733/2025; a aprovação da nova lista de docentes contemplados pela alteração da jornada de trabalho; a majoração do valor da ajuda de custo; reajuste salarial; recomposição salarial e a aprovação dos Projetos de Lei 3.218 (Dedicação Exclusiva) e 3.219 (Gratificação por Função).</p>
--	--	--

			<p>Segundo Túlio Lopes, presidente da ADUEMG “a iniciativa de apresentar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) tem como objetivo resguardar a Autonomia Universitária das Universidades Estaduais Mineiras (UEMG e UNIMONTES), garantindo efetivamente todos os elementos previsto no Artigo 207 da Constituição Federal assegurando mais investimentos, a gestão financeira e patrimonial, a democracia universitária, o direito inerente a dedicação exclusiva e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.</p> <p>Após a Audiência foram recolhidas 37 assinaturas de deputados e deputadas e protocolada a PEC da Autonomia Universitária da UEMG e da UNIMONTES, que deverá tramitar ainda neste ano de 2025. Na parte da tarde foi realizado um Ato Nacional em defesa da UEMG que contou com a participação de centenas de pessoas que percorreram as ruas próximas à Assembleia Legislativa na região centro-sul de Belo Horizonte. O ato contou com a presença dos servidores do Meio Ambiente em greve desde o dia 01 de setembro de 2025 e de representantes de diversos sindicatos e associações docentes. Docentes, estudantes, analistas e técnicos-administrativos de diversas unidades estiveram presentes.</p> <p>A ADUEMG agradece a presença de representantes de diversas seções sindicais e de diretores/as do ANDES-SN neste Dia Nacional de Luta em defesa da UEMG, aprovado no último CONAD do ANDES-SN realizado em Manaus em julho de 2025. Agradecemos também o apoio de diversos sindicatos à nossa luta.</p> <p>PL 3.733/2025 – Venda dos Imóveis da UEMG e da UNIMONTES.</p> <p>No final de agosto de 2025 o Governo do Estado com o apoio da Presidência da Assembleia Legislativa retomou a tramitação do PL 3.733/2025. Apresentado como prioridade juntamente com o Projeto que prevê a privatização</p>
--	--	--	---

		<p>da COPASA. Na ofensiva do governo, a Assembleia Legislativa retomou a tramitação do Projeto de Lei 3.733/2025 e o mesmo foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em 30 de setembro. A comissão é presidida pelo Deputado Estadual Doorgal Andrada (PRD), dono de uma faculdade privada e representante dos interesses do setor da educação privada em Minas Gerais. Na ocasião as emendas relacionadas aos imóveis da UEMG e da UNIMONTES foram derrotadas na CCJ, com os votos favoráveis dos deputados Lucas Lasmar e Dr. Gean Freire e os votos contrários dos deputados João Magalhães, Doorgal Andrada e da deputada Maria Clara.</p> <p>Por iniciativa de parlamentares da oposição foi marcada uma Audiência Pública da Comissão de Administração Pública com o objetivo de debater o PL 3.733/2025. A diretoria da ADUEMG se reuniu no dia 01 de outubro de 2025 e deliberou pela construção de um dia de mobilização no dia 07 de outubro de 2025 com a participação na Audiência Pública e a realização de manifestações simultâneas. Em pouco tempo foram organizadas manifestações em dez cidades mineiras. No dia 07 de outubro de 2025 lotamos, juntamente com representantes de outros sindicatos do funcionalismo público, o auditório José de Alencar da Assembleia Legislativa e realizamos atos em Passos, Divinópolis, Abaeté, Cláudio, Ituiutaba, Diamantina, João Monlevade, Barbacena, Poços de Caldas e Ubá. Como resultado da nossa intensa mobilização, conquistamos a retirada de todos os imóveis da UEMG, alguns da UNIMONTES, foram retirados também os imóveis da Fundação Helena Antipoff, Fundação Caio Martins (FUCAM) e do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado (IPSEMG).</p> <p>Audiência Pública e atos dia 07/10 - Audiência pública sobre o PL 3733/2025 na ALMG, evidência o descaso do governo Zema com o povo mineiro</p>
--	--	--

			<p>No dia 7 de outubro, aconteceu audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que debateu sobre o PL 3733/2025, o projeto que autoriza o governo a repassar para União ou vender com desconto de 45%. Os servidores públicos e lideranças sindicais, principalmente da UEMG e UNIMONTES, lotaram o plenário José de Alencar na ALMG, para debater sobre mais esse ataque do governo federal. Entre os convidados estavam o Secretário da Fazenda, a Secretária de Planejamento e Gestão, Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, nenhum dos titulares das secretarias estiveram presentes e enviaram apenas representantes das pastas.</p> <p>Após o início da audiência, ficou ainda mais evidente o descaso e irresponsabilidade do governo Zema com os servidores e serviços públicos, com o patrimônio do povo mineiro. A postura dos representantes do governo foi vergonhosa, além de não apresentarem respostas sobre as questões apresentadas na audiência, entre elas o que seria feito com os servidores e estudantes da UEMG, caso os imóveis da Universidade sejam vendidos. Os representantes foram debochados e provocaram os servidores e as parlamentares presentes. Todos os dirigentes sindicais convidados foram taxativos contra a entrega do patrimônio público mineiro.</p> <p>Túlio Lopes, presidente da ADUEMG, informou que estava acontecendo atos simultâneos em dez cidades mineiras Passos (Sudoeste de Minas Gerais), Divinópolis (Centro-Oeste), Cláudio (Centro-Oeste), Abaeté (Centro-Oeste), Diamantina (Vale do Jequitinhonha), Poços de Caldas (Sul de Minas), Ubá (Zona da Mata), Ituiutaba (Triângulo Mineiro), Carangola (Zona da Mata) e João Monlevade, destacou em sua fala a importância da defesa do patrimônio do povo mineiro, defendeu o arquivamento do PL 3.733/2025, a retirada dos imóveis da UEMG e da UNIMONTES da lista do 3.733/2025, o arquivamento do PL 3.738/2025 e a importância da unidade na luta para avançar rumo a novas conquistas. A professora Camila, diretora da ADUNIMONTES, também fez o uso da palavra</p>
--	--	--	---

		<p>defendendo às Universidades Estaduais Mineiras (UEMG e UNIMONTES) e se posicionando pelo arquivamento dos projetos de lei (3.733/2025 e 3.738/2025).</p> <p>Após a fala dos parlamentares e convidados, foi aberta a fala para o público, Cristiana Fonseca, nossa secretária executiva, destacou que o diploma da UEMG vale tanto quanto o de uma federal. A professora Kelly Silva, diretora da unidade Ubá, destacou projetos da UEMG de grande relevância social e que a UEMG dá oportunidade de estudo a quem não tem como pagar. As falas reforçam a importância da Universidade do Estado de Minas Gerais para a educação e ciência em nosso estado.</p> <p>Vitória da Educação Pública Mineira: imóveis da UEMG são retirados do PL 3.733/2025</p> <p>A Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa reunida em várias seções durante o dia 08 de outubro de 2025, um dia após a audiência pública e às manifestações em dez cidades mineiras, aprovou as emendas parlamentares que retiraram todos os imóveis da UEMG e a maioria dos imóveis da UNIMONTES do PL 3.733/2025 que seguirá para o plenário da ALMG.</p> <p>Também, no dia 8 de outubro, o governo federal publicou um novo decreto que manteve para o dia 3 de dezembro deste ano como prazo final de adesão ao Propag, mas prorrogou até 31 de dezembro de 2026, o prazo para a federalização de ativos que servirão como garantia nas negociações. Dessa forma, o governo estadual terá mais tempo para negociar o repasse de empresas e a ALMG mais tempo para a tramitação dos projetos de lei que tratam sobre o repasse para União, ou venda do patrimônio do povo trabalhador mineiro.</p>
--	--	--

			<p>VITÓRIA DA ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E LUTA DA ADUEMG!</p> <p>A Associação dos Docentes da UEMG (ADUEMG) celebrou a decisão como uma vitória da luta coletiva em defesa da universidade pública, ressaltando que foi resultado da mobilização da categoria docente e da comunidade universitária que reafirma o compromisso da categoria com a educação, a ciência e o patrimônio social mineiro. A mobilização contou com a participação de docentes, técnicos, estudantes e apoiadores da causa da UEMG em todo o Estado. Em todos os municípios onde a universidade mantém unidades, a medida representa tranquilidade institucional e segurança jurídica, fortalecendo o papel da UEMG como espaço de formação, pesquisa e extensão voltado ao desenvolvimento regional e humano. A exclusão dos imóveis da UEMG e da UNIMONTES do PL 3.733/2025 consolida uma vitória da ADUEMG e da educação pública mineira e uma derrota para o projeto privatista de Romeu Zema. reafirma que a defesa da universidade é também a defesa do futuro do Estado.</p> <p>PL 3.738/2025 segue sem relatoria e tende a ser arquivado.</p> <p>Enquanto o PL 3.733/2025 avança, com alterações que preservam o interesse público, o Projeto de Lei nº 3.738/2025, que pretendia transferir a gestão da UEMG à União, segue sem relatoria definida. A falta de adesão parlamentar, até mesmo da base governista, evidencia o caráter juridicamente insustentável e politicamente indefensável da proposta, que não encontrou amparo nem apoio entre os deputados e deputadas da ALMG.</p> <p>PEC 59/2025 da Autonomia Universitária!</p> <p>A proposta de PEC surgiu durante nossa última Assembleia Geral presencial e foi apresentada pelo professor Túlio Lopes (presidente da ADUEMG) no dia 10 de setembro de 2025, durante o seminário nacional sobre autonomia</p>
--	--	--	--

			<p>universitária realizado durante uma audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da ALMG foi protocolada e está registrada como PEC 59/Autonomia Universitária. Iremos realizar plenárias e audiências públicas para debater e aprimorar o conteúdo do texto proposto. A primeira Audiência Pública sobre a PEC 59/2025 deve ser realizada em novembro ou dezembro de 2025. Nossa expectativa avançar na tramitação e aprovação da PEC 59/Autonomia Universitária e dos projetos de lei relacionados a Dedicção Exclusiva, Gratificação por função e políticas afirmativas.</p>
3	ADUSB	Sandra Ramos	<p>(Transcrição da apresentação em powerpoint da ADUSB em texto)</p> <p>Página 1</p> <ul style="list-style-type: none"> • XXI ENCONTRO DO SETOR DAS IEES/IDES/IMES 2025 • CAMPINA GRANDE (PB) 2025 • ENCONTRO DO SETOR DAS IEES/IMES/IDES • ADUSB/ <hr/> <p>Página 2</p> <p>PLENÁRIA AMPLIADA PARA ATUALIZAÇÃO DA Pauta Interna</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sede da ADUSB, 8h30 • Pauta Interna - Luta Interna

			<p>Centralidade da Luta</p> <ul style="list-style-type: none">• Direitos Trabalhistas• Condições de Trabalhos Salubres• Remuneração Docente• Espaços Acadêmicos, Administrativos e de Saúde da Comunidade• Garantia de um ambiente de trabalho saudável, digno e seguro, livre de assédios e opressões• Defesa dos direitos trabalhistas previstos no Estatuto do Magistério Superior e nas demais legislações
			<p>Página 3</p> <p>1.2 PROCESSO ESTATUINTE UESB</p> <ul style="list-style-type: none">• UMA VITÓRIA DA COMUNIDADE ACADÊMICA! CONGRESSO ESTATUINTE DA UESB TEVE INÍCIO NESTA TERÇA, 14 DE MAIO• O momento permitiu que congressistas debatessem e votassem uma nova proposta de estatuto da UESB, com participação paritária e democrática de todas as categorias da universidade (discentes, técnicos-administrativos, analistas e docentes).• A Estatuinte foi conquistada na greve docente de 2011 com apoio de toda a comunidade acadêmica.• Os trabalhos iniciaram em 2013, com participação ativa da Adusb.• A etapa de seminários temáticos foi encerrada em maio/2023.

			<ul style="list-style-type: none"> • O congresso Estatuinte (maio/2024) foi realizado de forma paritária por categoria e por campus. • A Comissão entregou o relatório final e texto Estatuinte e aguarda pauta do CONSU.
		<p>Página 4</p> <p>1.3 DEMAIS AÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> • CICLO DE DEBATES SOBRE CARREIRA DOCENTE PROMOVIDO PELA ADUSB MOBILIZA OS TRÊS CAMPI DA UESB. • REUNIÃO SETORIAL: RODA DE CONVERSA DIRETORIA E ASSESSORIA JURÍDICA DA ADUSB. <ul style="list-style-type: none"> ◦ Tema: Condições de Trabalho Docente no Campus II. ◦ Data/Local: Jequié - 13 de outubro, 16h, Auditório da ADUSB. • RODA DE CONVERSA: ATRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA DOCENTE E CONDIÇÕES DE TRABALHO. <ul style="list-style-type: none"> ◦ Com Iracema Lima, Presidenta da ADUSB. ◦ Datas/Locais: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Jequié - 21.10 - 9h30. ▪ Vitória da Conquista - 22.10 - 10h. ▪ Itapetinga - 23.10 - 10h. ◦ Outubro: Mês de Combate ao Assédio nas Instituições de Ensino Superior. 	

			<p>Página 5</p> <p>1.3 DEMAIS AÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none">• II Encontro de Aposentadas e Aposentados.
			<p>Página 6</p> <p>1.4 DEMAIS AÇÕES GTS</p> <ul style="list-style-type: none">• GTPFS:<ul style="list-style-type: none">○ Organização do II Encontro dos/das Trabalhadores/as e Juventude do Centro Sul Baiano. Pautas centrais: reforma administrativa e ataques aos serviços públicos, em articulação com FSPVDC.○ Participação em ações locais: Grito dos Excluídos, ato contra a PEC da Blindagem.• GTSSA / Carreira:<ul style="list-style-type: none">○ Debate sobre os impactos das reformas da previdência de 2017 e 2019.○ Discussões sobre os efeitos de novos ataques à previdência pública.○ Realização do II Encontro dos Aposentados/as.

			<p>Página 7</p> <ul style="list-style-type: none">• GTVerbas:<ul style="list-style-type: none">○ Debate sobre a LOA - subsídio para construção da campanha salarial do MD/2026.○ Debate sobre proposta orçamentária Institucional/2026.○ Análise do documento DIEESE - campanha salarial/2026.• GTPEGDS:<ul style="list-style-type: none">○ Organização e Participação da delegação ADUSB na 2ª Marcha Nacional das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver (25 de novembro/25).○ Atualização da cartilha de combate ao assédio.○ Proposta para cotas na participação em atividades sindicais.○ Participação em atos (Em defesa das Universidades Estaduais/UEMG).○ Roda de Conversa sobre o Neoconservadorismo e Educação (semestre 2025.2.2026.1).
			<p>Página 8</p> <ul style="list-style-type: none">• GT Carreira:<ul style="list-style-type: none">○ Roda de Conversa nos 03 campi sobre Carreira Única e Estatuto do Magistério Superior.○ Discussões sobre a desvinculação classe x vaga, promoções docentes e ampliação do quadro.○ Discussão nos conselhos superiores sobre ingresso na carreira e a lei de cotas.

		<ul style="list-style-type: none"> • GT MULTICAMPI E FRONTEIRA: <ul style="list-style-type: none"> ○ Composição do GT na Adusb. ○ Representação do GT/Adusb em um Grupo de Trabalho do governo estadual, com o intuito de discutir mobilidade entre os campi da Uesb, que é uma universidade multicampi.
		<p>Página 9</p> <p>1.5 DEMAIS AÇÕES GTS: Luta Contra a (De)forma Administrativa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Outdoor: "REFORMA ADMINISTRATIVA É PÉSSIMO". • Seminários, panfletagens e falas em eventos institucionais para mobilização da categoria. • Fixação de outdoors e faixas nos 03 campi. • Paralisação da categoria no dia 29/10 e delegação para participar da Marcha Nacional dos/as servidores/ras públicos.
		<p>Página 10</p> <p>2 PAUTA EXTERNA E MD: Principais conquistas recentes do movimento docente na Bahia/Fórum das ADs</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2.1 Reajuste Salarial para Docentes das Estaduais da Bahia:

			<ul style="list-style-type: none"> ○ Em dezembro de 2024, o governo da Bahia enviou à ALBA o PL 25.620/2024 com proposta de reajuste salarial. ○ O reajuste aplicado em quatro parcelas é de 4,7% em janeiro/2025, 2% em julho/2025, 4,5% em janeiro/2026 e 2% em junho/2026. ○ Total de 13,83% de recomposição salarial em dois anos, sendo esta uma vitória fruto da ampla mobilização docente.
		Página 11	<ul style="list-style-type: none"> • 2.3 Sanção da Lei que garante 516 promoções docentes: <ul style="list-style-type: none"> ○ Em setembro de 2025, foi sancionada a Lei nº 14.969/2025, que redefine o quadro de cargos do Magistério Público das Universidades Estaduais da Bahia (UEBA). ○ A lei destrava 516 promoções retidas. ○ Redefine o número de vagas nas cinco classes da carreira do magistério superior do Estado. ○ Isso tem impacto direto na carreira e salários docentes, sendo resultado da pressão da categoria via mobilizações, assembleias e diálogo com o governo, que se arrastou por quase um ano.
		Página 12	2.4 PROMOÇÕES E AMPLIAÇÃO DO QUADRO DOCENTE - UESB

- Quadro de cargos de provimento permanente do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia.

CLASSE	UESB	UESC	UNEB	UEFS
Docente Auxiliar	117 (10,50%)	55 (6,31%)	449 (21,76%)	127 (13,23%)
Docente Assistente	273 (24,51%)	239 (27,44%)	602 (29,18%)	245 (25,52%)
Docente Adjunto	222 (19,93%)	196 (22,50%)	549 (26,61%)	253 (26,35%)
Docente Titular	241 (21,63%)	211 (24,23%)	288 (13,96%)	193 (20,10%)
Docente Pleno	261 (23,43%)	170 (19,52%)	175 (8,48%)	142 (14,79%)
TOTAL	1114 (100,00%)	871 (100,00%)	2063 (100,00%)	960 (100,00%)

Página 13

2.4 PROMOÇÕES E AMPLIAÇÃO DO QUADRO DOCENTE - UESB

- Quantitativo (N) de Cargos por Classe (UESB).

CLASSE	2019	2023	2025
Docente Auxiliar	170 (15,26%)	145 (13,02%)	117 (10,50%)
Docente Assistente	328 (29,44%)	328 (29,44%)	273 (24,51%)
Docente Adjunto	265 (23,79%)	233 (20,92%)	222 (19,93%)
Docente Titular	241 (21,63%)	241 (21,63%)	241 (21,63%)
Docente Pleno	110 (9,87%)	167 (14,99%)	261 (23,43%)
TOTAL	1114 (100%)	1114 (100%)	1114 (100%)

Página 14

2.5 RESTABELECIMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

- Desde 2015, docentes da Uesb enfrentam uma longa batalha pelo restabelecimento do adicional de insalubridade, que foi cortado de forma considerada arbitrária pelo governo do estado.
- O corte afetou diretamente as remunerações e teve impactos negativos na valorização e nas condições de trabalho da categoria.

			<p>Página 15</p> <p>Ações da ADUSB pelo Restabelecimento do Adicional de Insalubridade</p> <ul style="list-style-type: none">• 2015:<ul style="list-style-type: none">○ Ingressou com dois mandados de segurança coletivos para reverter o corte, o que levou ao reestabelecimento do adicional (tramitou sem recurso do governo).○ Realizou atos públicos, assembleias e mobilizações internas.• 2016 a 2022:<ul style="list-style-type: none">○ Ofícios à procuradoria jurídica da UESB exigindo a reintegração do adicional.○ Realizou diversas reuniões com a categoria, prestando orientações sobre ações judiciais individuais e coletivas.
			<p>Página 16</p> <ul style="list-style-type: none">• 2023 e 2024:<ul style="list-style-type: none">○ Em março de 2023, organizou reunião com a assessoria jurídica para orientar docentes sobre o ingresso em ações judiciais individuais.○ Durante o ano de 2024, nas mesas de negociação, o governo do estado informou diversas vezes que uma nova normativa estava em construção, a qual o movimento docente continua cobrando.

		<ul style="list-style-type: none"> • 2025: <ul style="list-style-type: none"> ○ Em março, a 1ª Vara da Fazenda Pública reconheceu a ilegalidade do corte de 2015 e determinou a restituição do adicional, com efeitos retroativos. ○ No mesmo mês, a ADUSB convocou novas reuniões com a assessoria jurídica nos três campi da UESB (Itapetinga, Jequié e Vitória da Conquista) para reorganizar a luta e orientar novos ingressos de ações. ○ O adicional de insalubridade continua sendo prioridade nas pautas interna e externa de reivindicações da entidade em 2025.
		<p>Página 17</p> <p>2.6 RESTABELECIMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE: PAUTA EXTERNA FAD - 2025/2026</p> <ul style="list-style-type: none"> • A luta pelo adicional de insalubridade se articula com outras pautas mais amplas do movimento docente (FAD), como a valorização do trabalho intelectual, a defesa da universidade pública e a denúncia das políticas de precarização do serviço público na Bahia. • PROBLEMAS NA GESTÃO DE LAUDOS REFORÇA A LUTA DOCENTE PELO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. • A luta não é por um favor, mas uma exigência ao cumprimento da lei. • A base legal é robusta:

			<ul style="list-style-type: none">○ A Lei nº 6.677/94 (Estatuto dos Servidores Públicos da Bahia) estabelece o direito aos adicionais de insalubridade e periculosidade (Art. 86 a 88).○ As Normas Regulamentadoras (NR) 15 e 16 (normas técnicas federais) definem o que são atividades insalubres ou perigosas e os percentuais devidos, servindo de parâmetro para todo o país.○ O Decreto Estadual nº 16.529/2016, do próprio governo estadual, estabelece o procedimento para a concessão do adicional, reconhecendo a aplicação das NRs.
			<p>Página 18</p> <ul style="list-style-type: none">• SEGUIMOS NA LUTA

Circular nº 335/2025

ANEXO III

Informes XXI Encontro do Setor das IEES/IMES/IDES – Recebidos Via E-Mail – pós fechamento de recebimento via formulário

Nº	SEÇÃO SINDICAL	RESPONSÁVEL PELOS INFORMES	INFORMES APRESENTADOS
1	SINDFAMES	Edimilson Rodrigues de Souza	<p>A Fames</p> <p>A Fames é uma autarquia ligada à Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo. Criada em 1954 como Instituto de Música do Espírito Santo e depois passando a denominar-se Escola de Música do Espírito Santo, em 2004 recebe a atual denominação, sendo a primeira instituição de Ensino Superior em Música do Estado do Espírito Santo.</p> <p>No ano de 2022, realizou-se um grande concurso docente na instituição, reestruturando seus quadros a partir da entrada de aproximadamente 40 novos profissionais de diversas regiões do Brasil. Este concurso veio sanar uma situação de sucateamento da instituição, que se mantinha com a maior parte de seu quadro formado por professores em designação temporária, uma vez que o último concurso docente realizado na instituição foi em 1993.</p>

		<p>As condições salariais e trabalhistas enfrentadas na Instituição rapidamente mobilizaram os novos docentes a se organizarem para lutar por melhores condições. Dessa mobilização, nasceu o SindFames, seção sindical do ANDES-SN.</p> <p>O SindFames</p> <p>O SindFames foi criado num contexto de lutas e reivindicações por melhores condições de trabalho e valorização salarial de professore(a)s e pesquisadore(a)s do Ensino Superior no Espírito Santo, articulados ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) como espaço institucional democrático e legítimo de resistência política, artística e científica.</p> <p>Nessa perspectiva, um grupo de professores concursados, estimulados pelos(as) companheiros(as) da Adufes e do ANDES-SN fundaram em assembleia, realizada em 29 de junho de 2023, uma sessão sindical de docentes, como mais uma frente de luta por melhores condições de trabalho, valorização do magistério superior, expansão e interiorização da oferta de cursos de graduação e pós-graduação pelo Governo do Espírito Santo, via instituições de ensino superior estaduais públicas.</p> <p>A Fames é uma instituição pública formada por um conjunto de docentes-pesquisadores preocupados com a valorização e crescimento do ensino superior público, gratuito e socialmente referenciado, que reconhece e luta pela ampliação e democratização da oferta de cursos de extensão, graduação e pós-graduação em música na modalidade presencial, atentos ao acesso e permanência de pessoas social, cultural e etnicamente diversas, como: crianças e idosos, pessoas com deficiência, indígenas e afro-brasileiras, pessoas em situação de refúgio, entre outros.</p>
--	--	---

			<p>Nossa atuação como docentes e pesquisadores(as) de uma instituição de ensino superior pública, estadual e gratuita está orientada pela formação profissional, ética, artística e política, preparando nossos(as) discentes para atuarem também em espaços públicos de debate sobre a importância da música e das artes de modo geral, como operadoras de mudanças sociais, sobretudo, em situações de vulnerabilidade social e humana, denunciando condições de violência e violação de direitos humanos básicos, através da arte e suas modalidades de expressão e ação.</p> <p>A FAMES é a única instituição de Ensino Superior estadual no Espírito Santo com acesso amplo por meio de vestibular. O Estado possui outras instituições de Pesquisa e Ensino Superior estaduais, mas nenhuma delas oferece cursos de graduação de acesso aberto e amplo nos moldes da FAMES e de outras universidades públicas brasileira. São elas: Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP); Academia da Polícia Militar do Espírito Santo (APM); Academia da Polícia Civil (ACADEPOL); Centro de Ensino e Instrução de Bombeiros (CEIB); Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPi); Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN); e, Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER).</p> <p>Situação salarial</p> <p>Num contexto de muitas mudanças a serem realizadas, a questão mais urgente que mobilizou a fundação do SindFAMES foi a disparidade salarial da instituição em relação tanto a outras instituições de ensino superior brasileiras, quanto em relação a outros órgãos vinculados ao governo estadual. Na tabela abaixo, é possível observar uma comparação entre os salários dos(as) docentes da FAMES, dos(as) docentes da educação básica e de funcionários(as) técnico-administrativos.</p>
--	--	--	--

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

fundado em 19 de fevereiro de 1981

ÓRGÃO	FUNÇÃO	SALÁRIO-BASE	RETRIBUIÇÕES POR TITULAÇÃO	FUNÇÃO GRATIFICADA
Fames (40h)	Prof. de práticas e ativ. culturais	R\$ 2.381,46	-	-
	Prof. Auxiliar	R\$ 3.836,81	-	-
	Prof. Assistente (Esp.)	R\$ 4.478,85	-	-
	Prof. Adjunto (Me.)	R\$ 5.779,15	-	-
	Prof. Titular (Dr.)	R\$ 7.512,89	-	-
<p>As carreiras de Professor de Práticas e Atividades Culturais e Professor Auxiliar são carreiras em extinção, e referem-se aos(às) docentes que entraram na Fames até o concurso de 1993. Esses cargos exigiam, respectivamente, ensino médio e graduação. Os três cargos seguintes referem-se às carreiras previstas a partir da Lei Complementar nº 304/2004, e correspondem aos cargos ocupados pelos(as) novos(as) docentes.</p> <p>O plano de carreira vigente não prevê retribuição por titulação, de modo que os(as) professores(as) recebem apenas o salário-base do cargo para o qual foram aprovados(as), independentemente de terem formação superior. A título de exemplificação, temos professores(as) nas categorias de Assistente e Adjunto que, mesmo sendo doutores(as), continuam recebendo respectivamente como especialistas e mestres(as). A Fames também não dispõe da possibilidade Dedicção Exclusiva, sendo que até mesmo os(as) docentes do ensino básico possuem esse direito. Outro elemento a ser considerado é que as funções gratificadas para docentes, no valor de R\$ 705,26, foram</p>				

		<p>extintas em 2023, de modo que, atualmente, muitos(as) docentes desenvolvem atividades de coordenação e outras funções administrativas sem receber nada a mais. Cabe notar que os(as) funcionários(as) técnico-administrativos da Fames (Analistas do Executivo) permaneceram com a possibilidade de receber função gratificada. Entendemos que os três itens mencionados (retribuição por titulação, dedicação exclusiva e função gratificada) são direitos básicos de qualquer docente do ensino superior.</p> <p>Na comparação entre os salários, as discrepâncias novamente saltam aos olhos. Atualmente, um(a) funcionário(a) técnico-administrativo, apenas com graduação, recebe um salário maior que um(a) docente com doutorado. Um(a) docente do ensino básico recebe, por uma carga horária de 25h, quase o mesmo valor que um(a) docente do ensino superior por uma carga horária de 40h.</p> <p>Há uma proposta de reajuste salarial e adequação aos direitos básicos da carreira docente no ensino superior formulada em assembleia com a base, que foi protocolada na SEGER pelo SindFames, mas está paralisada pela PGE que questionou a nossa legitimidade sindical.</p> <p>O SindFames luta pela valorização de seus(suas) docentes, pois a qualidade da formação de nossos(as) alunos(as) está diretamente vinculada às condições de trabalho digno desses(as) profissionais. Neste XIX Encontro do Setor das Estaduais e Municipais, esperamos que os(as) companheiros(as) de outras partes do Brasil possam nos apontar caminhos para o enfrentamento dessa situação, a partir de suas experiências de lutas.</p>
--	--	--

2	ADUNICAMP	Roseli Coutinho	<p>Situação Financeira das Universidades Estaduais Paulistas e o Risco à Autonomia Universitária (1989–2025)</p> <p>Em 2025, completam-se 37 anos da autonomia financeira das universidades estaduais paulistas — Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) —, instituída em 1989. Essa conquista histórica representou um marco político e administrativo, garantindo às universidades autonomia de gestão orçamentária e financeira por meio de um percentual fixo da quota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS-QPE). No entanto, diante do cenário fiscal e político atual do Estado de São Paulo, essa autonomia enfrenta riscos reais de esvaziamento, tanto por mecanismos indiretos de subfinanciamento quanto por reformas estruturais em curso no país e no estado.</p> <p>A construção da autonomia e a criação dos fóruns de articulação</p> <p>A autonomia financeira foi resultado de forte mobilização das comunidades universitárias e do movimento sindical docente e técnico-administrativo, culminando na deliberação do Decreto nº 29.598/1989, que vinculou um percentual fixo da receita líquida do ICMS às universidades estaduais.</p> <p>A partir de então, as universidades passaram a negociar coletivamente as questões salariais e orçamentárias por meio de dois espaços institucionais de interlocução:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CRUESP (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas) – órgão de coordenação das reitorias das três universidades, responsável por propor políticas comuns e representar as instituições perante o governo estadual.
---	-----------	-----------------	---

			<ul style="list-style-type: none"> ● Fórum das Seis – criado no início dos anos 1990, reúne entidades representativas de docentes e servidores técnico-administrativos das três universidades, dos Diretórios Centrais de Estudantes e do Centro Paula Souza, sendo o principal espaço de articulação sindical e política em defesa das universidades públicas paulistas. <p>Essas duas instâncias se consolidaram como polos de disputa sobre o modelo de financiamento, reajustes salariais e expansão institucional.</p> <p>Atualmente, as universidades recebem “no mínimo” 9,57% da quota-parte do ICMS-QPE do Estado de São Paulo. Esse percentual permanece congelado desde 1995, sem revisão, apesar da ampliação significativa das atividades acadêmicas e do número de <i>campi</i>.</p> <p>Com base na previsão orçamentária estadual para 2026, de R\$ 382 bilhões, estima-se que a quota-parte das universidades representará aproximadamente R\$ 19 bilhões.</p> <p>A distribuição desse montante segue a média histórica:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● USP: cerca de 5,03% da quota-parte total (cerca de 52% do total destinado às universidades); ● Unicamp: cerca de 2,19%; ● Unesp: cerca de 2,35%. <p>Esses valores, embora relevantes, estão longe de atender às demandas crescentes de custeio, pessoal e investimentos em infraestrutura.</p> <p>Reajustes, ganhos e reivindicações (2012–2025)</p> <p>As categorias docentes e técnico-administrativas têm obtido reajustes salariais que contemplam, no mínimo a inflação. No entanto, suas reivindicações estão no sentido de recuperação de perdas salariais de 2012 (ano com</p>
--	--	--	---

		<p>maior poder de compra dos salários). De 2012 até 2025 a recuperação salarial mais a inflação estão próximas a 18%.</p> <p>Desde o estabelecimento da atual cota-parte do ICMS para três Universidades Paulistas o Fórum das Seis reivindica recomposição salarial e revisão do percentual de repasse do ICMS, mas o CRUESP respondeu de forma limitada, alegando restrições orçamentárias.</p> <p>As universidades alegam dificuldade em expandir cursos e vagas dado o comprometimento com a folha de pagamento, que em alguns casos já consome mais de 95% do orçamento. Entretanto, sindicatos apontam que o problema é estrutural e deriva da manutenção artificialmente baixa do percentual de repasse estadual e de isenções fiscais desmedidas calculadas em torno de 78 bilhões para 2026.</p> <p>O risco de subfinanciamento e a reforma tributária</p> <p>O processo de reforma tributária nacional, com previsão de consolidação plena até 2033, traz sérios riscos às universidades paulistas. A substituição gradual do ICMS pelo novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) pode provocar redução temporária da arrecadação estadual e, portanto, do repasse constitucional às universidades, cuja vinculação se dá especificamente ao ICMS.</p> <p>Caso o Estado de São Paulo não estabeleça uma nova base de cálculo para o financiamento, o risco é de subfinanciamento crônico das universidades a partir da transição tributária.</p> <p>Propostas do GT Verbas e CRUESP</p> <p>Em resposta a esse cenário, o Fórum das Seis propôs a elevação do repasse para 8,64% da Receita Tributária Líquida, enquanto o CRUESP apresentou proposta semelhante, de 8,63%, porém condicionada à “situação fiscal do Estado” e à reforma tributária.</p>
--	--	---

			<p>Ambas as propostas visam equiparar o financiamento das universidades ao crescimento real da arrecadação e à expansão institucional, mas até o momento o governo estadual não se comprometeu formalmente com a atualização do decreto de 1989.</p> <p>Exonerações fiscais e opacidade orçamentária</p> <p>Outro fator crítico é o volume das isenções fiscais concedidas pelo governo estadual, que em 2025 alcançam a marca de R\$ 61 bilhões — valor quatro vezes superior ao orçamento total destinado às universidades e que serão de R\$78 bilhões em 2026.</p> <p>Essas exonerações carecem de transparência e controle público, configurando uma política que privilegia setores privados em detrimento do financiamento do serviço público e da educação superior.</p> <p>Risco da reforma administrativa e a autarquização da saúde da Unicamp</p> <p>A proposta de reforma administrativa estadual, alinhada às diretrizes federais, tende a fragilizar os vínculos públicos, ampliar terceirizações e abrir espaço para privatizações e PPPs, representando uma “terra arrasada” para os serviços públicos.</p> <p>No contexto universitário, destaca-se a iniciativa da Unicamp, cuja reitoria, busca a autarquização da área da saúde em 2025, sob o argumento de “aliviar o peso orçamentário” sobre a universidade. Em troca, promete-se a criação de novos cursos e expansão de vagas. Na prática, essa medida retira da Unicamp o compromisso direto com a gestão da saúde pública, abrindo caminho para modelos de gestão híbridos, terceirizados ou privatizantes, e afastando a universidade de seu papel estratégico na rede pública de saúde.</p> <p>A autonomia universitária, conquista política de 1989, representou um avanço para a educação superior paulista. Contudo, passadas quase quatro décadas, observa-se um preocupante processo de acomodação política das</p>
--	--	--	--

			<p>reitorias, que, em geral, evitam confrontar o governo estadual, optando por uma gestão tecnocrática e conivente com políticas de austeridade.</p> <p>Esse comportamento, aliado à dependência crescente de fundações, PPPs e Organizações Sociais, tem contribuído para a precarização do trabalho universitário, a privatização indireta da pesquisa pública e o enfraquecimento do caráter público das universidades.</p> <p>Diante desse quadro, para garantir a manutenção e o fortalecimento da autonomia há que se estar vigilantes e mobilizados para acompanhar e reivindicar:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● A revisão do percentual de repasse e sua vinculação à nova estrutura tributária; ● Transparência nas isenções fiscais e reorientação de recursos para a educação; ● O compromisso político das reitorias com a defesa intransigente do financiamento público e da saúde universitária; ● Revalorização das carreiras e recomposição salarial das categorias. <p>Sem essas medidas, as universidades estaduais paulistas correm o risco de ver sua autonomia esvaziada e sua função pública comprometida, em um cenário de crescente privatização e desmonte do serviço público.</p> <p>Referências e fontes principais</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Decreto nº 29.598/1989 – Autonomia Universitária das Universidades Estaduais Paulistas. ● Relatórios do Fórum das Seis (2012–2025). ● Comunicados e atas do CRUESP (2015–2025). ● Lei Orçamentária Anual do Estado de São Paulo (2024 e PLOA 2026). ● Dados da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo. ● Propostas do GT Verbas (2024–2025).
--	--	--	---

3	ADUNIMONTES	Rafaela Evangelista	<p>Precarização e Desafios das Universidades Estaduais Mineiras</p> <p>O panorama da realidade vivida pela comunidade docente da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) reflete, de maneira nítida, o processo de precarização estrutural que atravessa as universidades estaduais de Minas Gerais na última década.</p> <p>Há mais de dez anos não é realizado qualquer concurso público para reposição ou ampliação do quadro docente. Nesse período, dezenas de professores se aposentaram ou se desligaram da instituição, sem que houvesse recomposição. O resultado é que diversos cursos funcionam atualmente com número reduzido de professores, o que impacta diretamente a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de sobrecarregar os docentes em exercício.</p> <p>Outro ponto crítico é o regime de Dedicação Exclusiva (DE). Atualmente, apenas cerca de 190 professores — aproximadamente 16% do total de mais de 1.100 docentes — recebem DE. Nas universidades e institutos federais, essa proporção atinge cerca de 85%, o que demonstra uma discrepância significativa. Assim, a Unimontes opera com uma estrutura de dedicação exclusiva cinco vezes inferior à média nacional.</p> <p>A situação é agravada por pendências históricas. Em 2016, foram publicadas no Diário Oficial 14 concessões de DE que jamais foram pagas, sendo que parte dos docentes beneficiados já não integra mais o quadro da instituição. No mesmo ano, cerca de 30 novas DEs foram aprovadas pelo Conselho Universitário, mas nunca chegaram à SEPLAG, em razão de veto da COFIN. Desde então, não houve avanços concretos, e atualmente mais de 80 docentes aguardam na fila pelo direito à Dedicação Exclusiva. Caso as DEs fossem automaticamente repassadas conforme vagas fossem desocupadas, o índice poderia chegar a cerca de 20% — ainda insuficiente, mas representando um avanço parcial.</p> <p>Essa situação evidencia o comprometimento da autonomia universitária, uma vez que decisões internas são travadas por instâncias externas, sem respeito à lógica acadêmica.</p>
---	-------------	---------------------	---

			<p>No que se refere à remuneração, os salários dos docentes da Unimontes estão entre os mais baixos do país. A categoria acumula uma defasagem estimada em 100%.</p> <p>Atualmente, o vencimento básico inicial de um professor especialista (20h) é de R\$ 974,00, enquanto o de um doutor (40h) é de R\$ 4.381,81. A Dedicção Exclusiva corresponde a apenas 40% do vencimento básico — o que equivale, no caso de um doutor em início de carreira, a R\$ 1.752,72.</p> <p>Situação ainda mais grave é a inadequação de enquadramento de titulação entre docentes contratados, o que motivou ações judiciais. Há casos de doutores recebendo como mestres e de mestres recebendo como especialistas. Essa defasagem compromete a valorização profissional e afasta quadros qualificados da carreira docente.</p> <p>A precarização também se estende à estrutura administrativa e laboratorial. Em praticamente todos os setores — reitorias, secretarias e departamentos — as atividades são desempenhadas sem servidores técnico-administrativos efetivos, contando quase exclusivamente com estagiários. A ausência de concursos e de plano de carreira atrativo para esses profissionais agrava o quadro de descontinuidade administrativa.</p> <p>Nos laboratórios de ensino e pesquisa, a situação é crítica: não há servidores concursados responsáveis pela manutenção e segurança, o que compromete a continuidade das atividades e expõe a comunidade acadêmica a riscos.</p> <p>No âmbito estadual, o Governo de Minas Gerais tem implementado uma política que, na prática, resulta em desmonte da educação pública. Além da negativa de concursos e da ausência de recomposição salarial, observa-se a utilização do PROPAG como instrumento de avanço de um projeto de caráter privatista, que ameaça o patrimônio das universidades estaduais e a própria existência da UEMG, sob a justificativa de uma falsa federalização. Essa política compromete diretamente a autonomia universitária e o caráter público das instituições.</p>
--	--	--	---

			<p>A contradição é evidente: enquanto o governo nega reajustes aos servidores públicos, promoveu para si um aumento salarial de quase 300%. Paralelamente, reduz orçamentos, precariza estruturas e empurra as universidades estaduais para o limite da sobrevivência institucional.</p> <p>Trata-se de uma estratégia deliberada de enfraquecimento do ensino público, com vistas à introdução da lógica de mercado e à privatização dos serviços educacionais.</p> <p>Diante desse cenário, torna-se urgente a construção de uma agenda de recomposição estrutural e valorização das universidades estaduais, que contemple:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A realização regular de concursos públicos para docentes e técnicos-administrativos; • A reposição das perdas salariais acumuladas; • A ampliação do regime de Dedicção Exclusiva; • E o fortalecimento da infraestrutura acadêmica e administrativa. <p>Sem tais medidas, o projeto de universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada corre sério risco de se tornar inviável.</p> <p>Espaços de mobilização e debate, como os promovidos pelo ANDES-SN, são fundamentais para a resistência e a articulação da comunidade acadêmica em defesa das universidades estaduais mineiras.</p> <p>Cada instituição que resiste e denuncia mantém viva a convicção de que a educação pública é um direito inalienável, e não um privilégio.</p>
--	--	--	---

4	ADUNEB	Edson Fernando Oliveira Silva	<p>ADUNEB – Síntese de Atuação e Lutas Recentes</p> <p>Apresentado por Edson Fernando Oliveira Silva, representando a ADUNEB, no XXI Encontro do Setor das Estaduais, Municipais e Distrital (Campina Grande/PB, 24 a 26 de outubro de 2025)</p> <p>Apresentação</p> <p>A Associação dos Docentes da Universidade do Estado da Bahia (ADUNEB) completou 44 anos de trajetória voltada à defesa dos direitos dos/as docentes da UNEB e das demais universidades estaduais da Bahia.</p> <p>A entidade conta com cerca de 1.200 filiados/as, o que representa aproximadamente 50% do quadro docente, incluindo 200 docentes aposentados/as. Sua atuação está pautada na valorização da carreira docente, na defesa da autonomia universitária e na manutenção de uma universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade.</p> <p>1. Estrutura e Representatividade</p> <ul style="list-style-type: none"> • 44 anos de história e luta em defesa dos/as docentes. • 1.200 filiados/as, representando cerca de 50% do quadro docente da UNEB. • 200 docentes aposentados/as vinculados/as à associação. • Atuação consolidada em toda a estrutura multicampi da UNEB (27 campi e 31 departamentos). <p>2. Gestão e Organização Interna</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gestão da Executiva e do Conselho Fiscal adaptada à realidade multicampi da universidade. • Ações voltadas para o fortalecimento da representatividade e da integração entre os campi. • Incentivo à participação ativa dos/as docentes aposentados/as nas atividades e decisões da ADUNEB. <p>3. Fórum das AD's e Construção da Pauta de Lutas (2026)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Coordenação do Fórum das Associações Docentes (AD's) das universidades estaduais da Bahia. - Construção da pauta unificada de lutas para 2026, priorizando:
---	--------	-------------------------------	---

			<ul style="list-style-type: none"> • Reajuste salarial e valorização da carreira docente; • Defesa dos direitos trabalhistas; • Melhoria das condições de trabalho e infraestrutura universitária. <p>4. Promoções, Progressões e Carreira Docente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diálogo permanente com o governo estadual sobre promoções e progressões. • Conquista de 261 promoções, de um total de 530, zerando momentaneamente a fila. • Defesa da sistematização contínua e transparente dos processos de ascensão funcional. • Luta pela desvinculação da progressão ao critério de “classe-vaga”, garantindo isonomia e justiça na carreira. <p>5. Liberdade de Cátedra e Defesa Docente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Retomada da campanha pela liberdade de cátedra, em decorrência de caso recente envolvendo docente da UNEB. • Atuação da ADUNEB com apoio jurídico ao professor afetado por publicação indevida e descontextualizada. • Reafirmação da liberdade acadêmica, da pluralidade de ideias e do respeito à autonomia docente. <p>6. Autonomia Universitária e Concursos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Defesa constante acerca da autonomia universitária • Luta pela realização de novos concursos públicos para recomposição e ampliação do quadro docente da UNEB. <p>7. Relação com Docentes Aposentados/as</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do diálogo com o grupo de docentes aposentados/as filiados/as. • Criação de espaços de interação, escuta e valorização da memória institucional. • Incentivo à participação política dos aposentados/as nas ações da entidade.
--	--	--	--

			<p>8. Mobilização Social e Articulação com Movimentos</p> <ul style="list-style-type: none">• Articulação e mobilização para a participação da ADUNEB na Marcha das Mulheres Negras, em 28 de novembro de 2025, em Brasília.• Fortalecimento de parcerias com movimentos sociais.• Atuação pautada na defesa da igualdade racial, de gênero e da justiça social. <p>Conclusão</p> <p>A ADUNEB reafirma seu papel histórico como entidade de luta, resistência e construção coletiva. Sua atuação abrange a defesa dos direitos docentes, a valorização da carreira, a promoção da autonomia universitária e o compromisso com as causas sociais. Ao completar 44 anos, a associação renova seu compromisso com a educação pública e com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.</p>
--	--	--	--